



XII Resoluções
Conferência Nacional
Democracia Socialista

XII Conferência Nacional
Democracia Socialista
Resoluções



São Paulo, março de 2018.

Resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores.

Edição: Grupo de Trabalho Nacional da DS
Projeto Gráfico: Caco Bisol
Impressão: AZ Artes Gráficas
São Paulo, março de 2018

Acompanhe a Democracia Socialista nas redes:

www.democraciasocialista.org.br
www.facebook.com/democracia.socialistapt/
www.twitter.com/ds_pt
www.t.me/DemocraciaSocialista
contato@democraciasocialista.org.br

Direção Nacional 2017/2019

Afonso Florence	Daniel Gaio	Isolda Dantas	Milton Rezende
Alexandre da Rocha	Daniela Bonato	Janeslei Albuquerque	Moara Correa Saboia
Álícia Nelsis	Dara Sant'Anna	João Grandão	Nalu Faria
Álvaro Alencar	Edmilton Cerqueira	Joaquim Soriano	Neivaldo Virgílio
Ana Carolina Silva	Eliane Silveira	Jonas Cavalcante	Pepe Vargas
Ana Clara Franco	Elvino Bohn Gass	José Raul	Rafael Freire
Ana Claudia Silva	Eneida Nascimento	Josete Dubiaski	Raimundo Ângelo
Ana Pimentel Lima	Estevão Cruz	Juarez Guimarães	Raul Pont
Antônio Carlos	Eulália Nascimento	Karol Cavalcante	Robinson Almeida
Arlete Sampaio	Eutália Barbosa	Lenilda Lima	Rosalina Amorim
Balbina Rodrigues	Fabiola Paulino da Silva	Liliane Oliveira	Rosana Sousa
Bernardo Cotrim	Gabriel Medeiros	Liliani Nascimento	Rosane Silva
Beto Bastos	Gerusa Bittencourt	Lourenço da Silva	Dr. Rosinha
Bira de Souza	Gilmar Machado	Lucio Costa	Sofia Cavedon
Bruna Rocha	Gimenes	Luizianne Lins	Stênio Dias
Carlos Pestana	Gino Cesar	Marcelo Fragozo	Tatau Godinho
Carlos Henrique Árabe	Guilherme Barbosa	Margarida Salomão	Tica Moreno
Cláudia Chanfrin	Gustavo Codas	Mariana Jorge	Ticiane Studart
Claudio Puty	Henrique Pulga	Marina Lehmann	Vânio dos Santos
Cledisson Junior	Herlon Miguel	Mario Magno	Vera Miranda
Cristian Ribas	Iranilde Novaes	Marlei Fernandes	
Dandara Tonantzin	Iris de Carvalho	Miguel Rosseto	

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO CONSTRUIR O CAMINHO DA VITÓRIA DO PT E DA ESQUERDA BRASILEIRA SOBRE A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL	5
INTRODUÇÃO: SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E CRISE DO CAPITALISMO NEOLIBERAL	7
OS SOCIALISTAS E A REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA NO BRASIL	15
O PT E A UNIDADE DAS ESQUERDAS NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA À CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL	24
NOVO PERÍODO HISTÓRICO E A QUESTÃO DO PARTIDO	31
PONTOS PARA UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO	33
DECLARAÇÃO DA XII CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA	39

APRESENTAÇÃO

CONSTRUIR O CAMINHO DA VITÓRIA DO PT E DA ESQUERDA BRASILEIRA SOBRE A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

A Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores, realizou sua XII Conferência Nacional nos dias 02 e 03 de dezembro de 2017, no auditório do Sindicato dos Químicos, em São Paulo. A Conferência aprovou a resolução agora publicada. Ela apoia-se na elaboração coletiva do PT e de outros setores da esquerda brasileira e internacional, apresenta um caminho histórico, possível e coerente para derrotar a contrarrevolução neoliberal no Brasil.

A resolução da XII Conferência Nacional da DS se nutre das lutas de resistência. E expõe, a partir da identidade socialista e democrática, as razões para a nossa esperança: é possível e necessário construir o caminho para vencer os golpistas. O golpe nem era inevitável nem deve ser considerado estabilizado em sua vitória: está em aberto a disputa pelo futuro do Brasil!

A resolução da XII Conferência da Democracia Socialista, fundadora e corrente histórica do PT, dialoga com as importantes conquistas (e também limites) do 6º Congresso do PT, realizado em 2017. Além de renovar e criar um quadro mais legítimo de direção nacional, mais aberto ao diálogo com as forças de esquerda, o 6º Congresso Nacional do PT avançou em resoluções políticas que iniciam elementos importantes de autocrítica, formulam análises classistas do golpe em curso, demarcam nitidamente o campo de oposição e resistência do partido, criticam as ilusões de um retorno a políticas de conciliação com setores dominantes, esboçam um programa de luta democrática e popular.

A partir destas conquistas, a resolução da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista traz avanços de elaboração em seis direções fundamentais.

Aborda de maneira enfática e atualizada a crise de identidade socialista e democrática do PT e a necessidade incontornável de atualizar esta identidade pública como fundamento da luta contra o golpe e seu programa neoliberal.

Propõe um enquadramento analítico internacional do golpe que é decisivo para diagnosticar o sentido, a correlação de forças e o caráter de uma resposta a ele.

Avança em uma crítica bem mais profunda, sistemática e radical, aos limites históricos do PT, sempre o considerando como a principal e referencial experiência da esquerda brasileira. Os limites da construção do PT e da esquerda brasileira continuam a ser os maiores limites à construção de uma saída possível para superar o golpe.

Afirma o valor das impressionantes e massivas lutas de resistência até agora desenvolvidos contra o golpe, apontando seus limites e a ausência de uma saída republicana e democrática, unitária e estratégica, frente ao ataque frontal aos princípios da soberania popular e da Constituição de 1988.

Avança na proposição da construção da unidade estratégica do PT com as demais forças da esquerda brasileira que se posicionam contra o golpe e contra o programa de um Estado neoliberal. Esta unidade estratégica, que não é contraditória com movimentos táticos de aliança nas várias frentes de resistência aos golpistas, é considerada fundamental para vencer a contrarrevolução neoliberal.

E, a partir da identificação de desafios comunicativos, organizativos e programáticos da esquerda possíveis de serem superados - considerando já a possibilidade de um crescimento dos ataques à esquerda, aos movimentos sociais e à democracia no próximo período - procura construir um caminho viável, no horizonte atual da luta de classes, para vencer o golpe.

Esta resolução é dedicada ao companheiro Antonio Candido, figura exemplar da cultura política brasileira e dos valores do socialismo democrático.

Com ela, a Democracia Socialista se abre fraternalmente ao diálogo com todos os companheiros e companheiras do PT e também com as militâncias que organizam a heroica luta de resistência do povo brasileiro.

São Paulo, março de 2018.

INTRODUÇÃO: SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E CRISE DO CAPITALISMO NEOLIBERAL

A luta para derrotar e criar uma alternativa à contrarrevolução neoliberal no Brasil e na América Latina faz parte da luta dos povos e dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo contra a terceira fase do desenvolvimento do programa neoliberal, que se seguiu à grande crise capitalista de 2008. A contrarrevolução neoliberal no Brasil é orgânica à direção das classes dominantes internacionais, em processos combinados de financeirização e internacionalização. Chamamos de contrarrevolução porque se trata de alterar, a partir de um programa neoliberal, mais que o governo ou o regime político, os próprios fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, de sua soberania, destruindo décadas de conquistas democráticas e projetando para o futuro décadas de interdição dos direitos.

Após quatro décadas de domínio neoliberal, sua lógica continua a se organizar em um sistema internacional de privatização, expropriação e desumanização. As experiências democráticas liberais do pós-guerra ficaram para trás e não é mais possível voltar a elas. Não é possível derrotar a contrarrevolução neoliberal se a entendemos de um ponto de vista estritamente ligado à dinâmica de luta de classes nacional, se o horizonte das respostas permanecer limitado ao plano das políticas e economias nacionais.

O centro do programa da contrarrevolução neoliberal é atacar frontalmente ou corroer as raízes do princípio da soberania popular e, através dele, fundar ou re-fundar Estados neoliberais, com suas soberanias nacio-

nais dissolvidas. Através do poder de agenda dos Fóruns Mundiais, da regulação e arbitragem da OMC, de tratados de comércio assimétricos, do poder acumulado de capitais financeiros e de grandes corporações transnacionais, do poder geopolítico do Estado norte-americano e da União Europeia, hegemonizada pela Alemanha, com suas instituições autocráticas, este capitalismo neoliberal impõe dinâmicas de destruição de soberanias nacionais. Formas autocráticas de poder – através da violência, de golpes parlamentares, de revisões constitucionais arbitrárias, de tratados econômicos internacionais que violentam as soberanias dos estados democráticos, da instrumentalização judicial e de campanhas de legitimação midiáticas – atacam até os direitos básicos conquistados nas democracias liberais no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Está em curso uma vontade política barbaramente regressiva em relação aos direitos históricos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e dos povos que foram colonizados. As chamadas culturas do ódio – fascistas ou nazistas, racistas, feminicidas, homofóbicas – encontram neste cenário histórico espaço para prosperar, colocando em questão até os direitos humanos que formam o núcleo de um padrão minimamente civilizado de humanidade.

Ao centrar o seu ataque ao próprio princípio da soberania popular, a contrarrevolução neoliberal coloca em crise todas as forças de esquerda ou vinculadas às classes trabalhadoras que centravam seu programa e sua estratégia na disputa de governos e na ampliação e universa-

lização dos direitos na democracia liberal. Partidos de centro-esquerda e social-democratas, movimentos sociais corporativos ou autolimitados a lutar por mudanças dentro da ordem liberal, estratégias que se centravam ou dependiam de pactos com as forças centrais do capitalismo, perdem o seu chão histórico. É por isso que a resposta histórica à contrarrevolução neoliberal só se pode fazer a partir de uma identidade socialista democrática, que conjugue luta pela soberania popular com programas que contrariem estrategicamente a lógica do capitalismo neoliberal. Não se vence uma contrarrevolução neoliberal com meios programas, meios valores, estratégias centradas na institucionalidade em crise ou em ilusões eleitorais.

A principal ideia força da contrarrevolução neoliberal continua sendo a de que não há alternativa a ela. A partir da grande crise de 2008, crises fiscais agudas provocadas pelo capital financeiro passaram a justificar programas neoliberais ainda mais radicais. A globalização financeira é apresentada como um horizonte inescapável de época. O desenvolvimento da ciência e das tecnologias do capital, mesmo com a tragédia ecológica em curso e com os danos sociais do desemprego, é apresentado como fruto inevitável do progresso. Esta ideia força tornou-se um senso comum com a desagregação da URSS e com a desmoralização da maior parte dos partidos social-democratas europeus. É apenas a partir de uma perspectiva histórica do socialismo democrático que se pode construir um novo horizonte de crítica e superação do capitalismo neoliberal. A cena histórica atual de luta contra a barbárie antidemocrática e antirrepublicana neoliberal pode e deve ser o espaço de reconstituição da influência pública e de massas do socialismo democrático.

Os socialistas democráticos criticam o suposto caráter inevitável e insuperável do capitalismo neoliberal a partir de três ideias centrais. A primeira é uma acusação: o neoliberalismo, que veio se tornando o princípio de civilização dominante no capitalismo nas últimas quatro décadas, tem levado a uma situação dramática todos os impasses da humanidade. Ao opor a ideia da liberdade à ideia da igualdade renovou os fundamentos da separação social, o fosso odioso entre capitalistas e trabalhadores, entre ricos e pobres, dentro de cada país e do mundo. A própria noção de direitos do trabalho, resultado de séculos de lutas e conquistas, que estrutura todo o universo dos direitos sociais, é violentamente atacada. Sua avidez insaciável de privatizar e mercantilizar todas as esferas da vida social, das cidades aos recursos vitais da natureza e até dos corpos, produz uma civilização da barbárie mercantil insuportavelmente anti-humanista. Contra todas as evidências da ciência e dos apelos dramáticos dos ecologistas, os governos neoliberais empurram a humanidade para uma catástrofe ecológica. A contrarrevolução neoliberal tem combinado valores mercantis e conservadores para repor e aprofundar as dimensões mais agressivas do patriarcado, implicando novos desafios ao movimento de mulheres. O aprofundamento das assimetrias de poder e riqueza tem restaurado dinâmicas de colonização, de racismo, de predação dos povos coloniais, como os africanos, os asiáticos e os latino-americanos. O neoliberalismo é, enfim, o senhor das novas guerras do século XXI, com suas potências de destruição massiva de povos inteiros. Assim como nas décadas que viram as guerras mundiais e a ascensão do nazi-fascismo, é necessário falar em uma época de crise de civilização. O socialismo democrático é a resposta a esta crise de civilização de longa duração.

Instabilidade e violência tornam-se cada vez mais sinônimos de neoliberalismo. Estamos muito longe do sonho liberal de um “fim da história”, de uma civilização estável e definitivamente liberal. A nova desordem internacional não tem um centro estável de coordenação, apesar das dimensões geopolíticas ainda dominantes dos EUA e sua capacidade de submeter a União Europeia. Com a ascensão da China e a reorganização de capacidades geopolíticas da Rússia, enfraquecidas as instâncias de acordo e mediação multilaterais, o sonho de um mundo neoliberal estável está, na verdade, cada vez mais próximo a um pesadelo e a situações de caos sistêmico, submetido a forças disruptivas e destrutivas. É para este caos sistêmico que o golpe no Brasil, destruindo a república democrática mesmo limitada de 1988, veio nos tragar, com o programa de destruir as dimensões estruturais de nossa soberania e democracia.

Quase dez anos depois da crise capitalista de 2008, a maior crise do capitalismo mundial desde 1929, as políticas neoliberais estão muito longe de restaurar um horizonte de crescimento sustentado do capitalismo. Continuamos inseridos em uma crise estrutural e sistêmica do capitalismo. O padrão capitalista de crescimento dos anos 1945/1970 claramente não se estabeleceu e nem está visível no horizonte. Em um contexto de baixo crescimento e de reduzidos ganhos de produtividade, a manutenção ou elevação das taxas de lucro se fez cada vez mais através da redução histórica dos salários e da compressão dos orçamentos públicos em política sociais. Estruturalmente, essa política sobrevive às custas do trabalho gratuito exercido majoritariamente pelas mulheres na produção do viver. Sem esse trabalho invisibilizado, o padrão neoliberal de acumulação não poderia se manter.

A terceira ideia central é de que a tradição do socialismo democrático conseguiu resistir aos anos de impasse e dissolução da II Internacional, à traição dos princípios libertários da revolução russa pelo estalinismo, aos ciclos históricos de violência e de cooptação do capitalismo. Como um fio vermelho que se estende ao longo da história, do Manifesto Comunista aos nossos dias, renovado nos valores fundamentais do humanismo e das lutas heróicas dos trabalhadores e dos povos oprimidos, do feminismo e do anticolonialismo, dos cristãos socialistas e dos eco-socialistas, o socialismo democrático está vivo e disposto a um novo ciclo histórico de resistências e utopias neste século XXI. Retomar, aprofundar e atualizar a tradição do socialismo democrático é fundamental: não pode haver resistência histórica sem utopias e é no coração do oprimido e do explorado que mora a esperança de que um outro mundo deve ser possível. A tradição do socialismo democrático é exatamente aquela que pode dialogar com a resistência e soprar a utopia de uma revolução possível que seja democrática, republicana, feminista, antirracista, internacional e socialista.

Não se confirmou, muito antes pelo contrário, a previsão liberal de que o marxismo chegou ao fim com a dissolução da URSS. O que está em curso é um possível e decisivo processo de autoconsciência histórica, de aprofundamento e de atualização em várias direções decisivas da cultura do marxismo contemporâneo em uma nova possibilidade de fusão com as forças que lutam contra o neoliberalismo. Esta nova autoconsciência histórica significa aprofundar, dar coerência e organizar em uma narrativa de sentido a alternativa ao estalinismo a partir de uma releitura das obras de Marx

e Engels, hoje muito mais profundamente conhecidas e contextualizadas. Com o centro na ideia de liberdade, que incorpora as dimensões fundantes da igualdade e fraternidade, este marxismo pode formular uma nova visão sobre as relações entre a revolução e a democracia, entre república democrática e transição ao socialismo, entre democracia e gestão pública da economia, entre esta transição e a formação de federação de repúblicas democráticas socialistas no plano internacional. Este marxismo democrático e anticapitalista está sendo forjado e deve ser intensificado com o feminismo como pensamento e prática política, compreendendo sua contribuição para combater a exploração e opressão no âmbito público e privado, oferecendo uma visão libertária e igualitária da vida e da política. E, por sua tradição crítica do imperialismo e da globalização, é a tradição democrática do marxismo quem melhor pode acolher as novas teorias da emancipação, que reivindicam a defesa da plurinacionalidade étnica e a reparação histórica das culturas e dos direitos dos povos colonizados. Um significativo avanço programático dos marxistas nas últimas décadas é certamente a formação do eco-socialismo, que combina a defesa de novas formas de vida e civilização sustentáveis com anticapitalismo. É ainda a partir da cultura do marxismo que se organizam os diagnósticos mais lúcidos, dialéticos e totalizantes, sobre a crise da civilização do capitalismo.

Assim como o marxismo não morreu, mas se renovou, não há conformismo, mas o início de um novo ciclo de lutas antineoliberais. O século XXI tem conhecido um rico repertório de experiências, práticas sociais, correntes políticas e partidos que evidenciam um amplo painel da resistência dos povos às políticas neoliberais. Das

lutas que compõem o ciclo recente das esquerdas latino-americanas - da experiência constituinte plurinacional boliviana à experiência unitária da Frente Ampla do Uruguai, e mais recentemente com o processo em curso na Venezuela, onde a classe trabalhadora e as massas populares assumiram uma iniciativa política que levou à instalação de uma Assembleia Constituinte formada por representantes não apenas dos partidos políticos mas também de representantes eleitos diretamente por diversas organizações populares, em frontal desafio ao imperialismo norteamericano, às lutas do povo grego, do Bloco de Esquerda em Portugal à experiência do Podemos na Espanha, da nova esquerda trabalhista na Inglaterra e das novas correntes da esquerda francesa, até mesmo o circunscrito e limitado processo da candidatura de Bernie Sanders nos EUA, da experiência do “Foro de São Paulo” às jornadas dos Fóruns Sociais Mundiais, o que se evidencia é que há luta social, audiência e legitimidade pública para travar a luta socialista democrática contra o capitalismo neoliberal. Todo este ciclo de lutas, da qual faz parte com uma certa centralidade o ciclo governativo do PT de 2002 a 2016, traz novos aprendizados e revela impasses históricos. O grande limite tem sido exatamente o de construir alternativas históricas, de potência e sentido, ao neoliberalismo. É exatamente sobre a ótica de um novo ciclo histórico do socialismo democrático que estes novos aprendizados e impasses devem ser compreendidos, analisados e superados. Deste novo ciclo histórico do socialismo democrático depende a capacidade internacional dos povos e trabalhadores do mundo em resistir, derrotar e superar o capitalismo neoliberal.

A primeira grande diretriz deste novo ciclo histórico do

socialismo democrático é a disputa pública e permanente da hegemonia política contra os valores do neoliberalismo. Esta primeira diretriz reivindica como estratégica para os socialistas democráticos a luta pela formação de um sistema público de comunicação e pelos fundamentos da formação de uma opinião pública democrática. Sem avançar neste campo não há como avançar na construção da hegemonia dos socialistas democráticos. Se a cultura estalinista pretendeu isolar o marxismo, dogmatizado, como privilégio das vanguardas comunistas, se a cultura social-democrata separou a luta por reformas da luta pelo socialismo, os socialistas democráticos devem disputar frontalmente com a ordem neoliberal um novo princípio de liberdade, de democracia, de civilização. Em uma situação de crise da cultura socialista e de ação política em correlações adversas, muitas vezes os socialistas democráticos nas últimas décadas se conformaram a diluir sua identidade, a transigir em seus valores anticapitalistas, a abrir mão de uma estratégia de revolução democrática. Este recuo é fatal porque expõe os próprios partidos socialistas democráticos à corrupção, à adaptação às ordens políticas neoliberais, a serem inevitavelmente derrotados na disputa pelos valores de civilização. Assim, este novo ciclo deve construir as bases de massa nas democracias de uma cultura pública socialista, abertamente inspirada nas tradições humanistas do marxismo, classista e popular, feminista e antirracista, ecológica, libertária e internacionalista.

A segunda grande diretriz deste novo ciclo do socialismo democrático é a reconstrução do programa histórico dos socialistas democráticos. A lógica de constituir programas de governo realizáveis em ordens democráti-

cas estreitadas pelas regressões neoliberais deve ser substituída pela lógica de refundar repúblicas democráticas, através de processos constituintes de novos poderes, democráticos e populares, que abram espaço para defesa de programas de orientação estrategicamente anticapitalistas. Chamamos a esta refundação programática das esquerdas, a constituição de programas históricos, ao mesmo tempo clássicos e atualizados para combater e derrotar o capitalismo neoliberal do século XXI. Programas de governo de esquerda ou de coalizões lideradas pela esquerda devem se referenciar, promovendo a mudança na correlação de forças, nestes programas históricos. O centro destes programas é exatamente vincular o desenvolvimento de formas de ativação da soberania popular à formação de economias do setor público (no campo da propriedade dos meios de produção, do sistema financeiro, das políticas públicas, da tributação, de reformas agrárias, das políticas de planejamento e regulação, de novas relações com a natureza) e à formação de culturas feministas e libertárias que construam alternativas, de sociabilidade e de amor, às sociedades da família patriarcal, de ruptura com a divisão sexual do trabalho e formas de sustentabilidade do cotidiano e da vida humana sem o sobretrabalho das mulheres, de novos paradigmas de civilização ecologicamente sustentáveis.

A terceira diretriz fundamental deste novo ciclo socialista democrático é a construção de uma estratégia da revolução democrática como alternativa ao processo de institucionalização que transformou historicamente tantos partidos de esquerda e classistas em partidos de centro-esquerda, profundamente institucionalizados nas suas estruturas e dinâmicas adaptadas à democracia liberal,

em suas múltiplas expressões históricas. Não se trata de opor partidos a movimentos, nem de contrapor a participação dos socialistas democráticos em eleições à atuação em movimentos sociais, mas exatamente superar a dinâmica institucionalista que combina lógicas eleitorais e lógicas corporativas, subordinando cada vez mais o programa histórico dos socialistas a uma pragmática sem princípios de luta pelo poder no interior da democracia liberal. Este processo histórico de institucionalização das esquerdas gerou, como reação, uma saudável cultura de participação direta, de movimentos sociais horizontais e autogeridos, de movimentos culturais e de redes, de recusa a privilégios e à cristalização de lideranças. Esta energia nova, juvenil e libertária, é fundamental para a renovação das esquerdas socialistas e democráticas. A lógica da revolução democrática vincula a formação de partidos socialistas democráticos organizados na base e de frentes unitárias de esquerda a ricos processos de auto-organização dos trabalhadores e dos oprimidos que organizem um centro de gravidade próprio e o sentido dos trabalhos na institucionalidade, seja nos parlamentos ou em experiências governativas.

A quarta diretriz deste novo ciclo socialista democrático é a aposta na formação de uma cultura organizada de autogoverno, cada vez mais enraizada e ampla, mais capaz de dar conta das complexidades, com estruturas cooperativas, comunicativas, culturais e deliberativas, que desenvolvam toda a potencialidade de conhecimento e socialização de informação, interação e criação das plataformas virtuais. A história nos ensina que todo processo revolucionário se constrói a partir de experiências extraordinárias, plurais e democráticas, de auto-organização. Uma revolução socialista do século

XXI pode e deve combinar formas clássicas de auto-organização – como conselhos por local de trabalho ou de região, plebiscitos e referendos, orçamentos participativos – com as formas contemporâneas das novas tecnologias da informação. Novas formas de vida social, solidárias e cooperativas, novas formas de viver em harmonia com a natureza, de construir redes de relações e culturas libertárias, podem e devem desde já ser experimentadas como antecipações, exemplaridades e criações de novos paradigmas da vida pela qual sonhamos e lutamos. As últimas décadas conservadoras acumularam de cinzas os sonhos de liberdade: é preciso de novo, como em tantas experiências interrompidas do passado, encarná-los aqui e agora.

A quinta diretriz deste novo ciclo socialista democrático deve ser uma extraordinária renovação do espírito, das organizações e das capacidades internacionalistas da esquerda. No capitalismo globalizado e financeirizado, a luta não é mais nacional na origem e internacional na perspectiva, mas, desde o princípio e cada vez mais, internacionalista. Os grandes impasses são cada vez mais comuns. As conjunturas, nas suas diversidades nacionais, tendem a convergir. Não basta mais trabalhar em frentes separadas: um fórum de partidos desvinculado de um programa de ação política comum, fóruns globalizados de agendas de movimentos sociais separado das lutas dos partidos, estratégias de políticas externas de governos separadas das ações dos partidos e dos movimentos sociais. É fundamental construir diretrizes de um programa internacionalista dos socialistas democráticos que unifique ações dos partidos, dos movimentos sociais e de governos em uma mesma dinâmica de luta contra a ordem neoliberal.

À crise econômica internacional dos anos 1970 o capitalismo respondeu com o programa neoliberal que tinha entre seus pilares fundamentais o ataque à classe trabalhadora dos seus países e à escala internacional; a pressão econômica sobre os países da periferia do capitalismo; e a liberalização financeira e do comércio exterior, com a perspectiva de completar a implementação de um mercado realmente mundial. Veio acompanhada de uma nova escalada de gastos militares – «a guerra nas estrelas» – que foi coroada já nos anos 1990 pelo avanço de um mundo unipolar, com uma única superpotência.

À crise das economias desenvolvidas de 2007-8 as respostas ainda estão em construção. Se de imediato houve a aplicação de medidas heterodoxas para salvar o capitalismo do colapso financeiro – resgate de bancos e grandes multinacionais e uma política monetária expansiva nos EUA – o que se vê, quase uma década depois, ainda não tem um perfil definitivo. Medidas de austeridade impostas a países para que paguem suas dívidas junto ao capital financeiro, setores importantes da direita assumindo discursos protecionistas e xenófobos para obter respaldo popular, mais liberalização financeira e argumentos contra a tributação dos ricos, entre outras. Acompanhadas do fim de qualquer veleidade de “hegemonia benigna”, do que já Líbia e Síria davam testemunha da falsidade, mas que agora tende a se estender sobre Venezuela e Cuba, na nossa região, Irã e Coreia do Norte, em outras, e a se generalizar na nova política exterior dos EUA e seus aliados.

Não há razão para acreditar que a resposta definitiva do grande capital à sua crise atual, seja mais benigna que a dos anos 1970. A classe trabalhadora em escala internacional e os povos explorados do mundo devem ter pre-

sente em suas análises e ações que enfrentamos uma conjuntura de acirramento da luta de classes e das lutas anti-imperialistas.

O neoliberalismo entrou em crise na América Latina entre o final dos anos 1990 e início da década seguinte. Na esteira dessa crise as forças populares e suas expressões políticas que tinham resistido ao Consenso de Washington conquistaram governos mais ou menos ao mesmo tempo gerando um contexto de “ciclo progressista”. Essa conjuntura enfrentou impasses e crises nos anos recentes. Se expressou em golpes de Estado e derrotas eleitorais importantes em diversos países.

Há uma rearticulação das direitas em nível regional e com a direita dos EUA. Há um agressivo discurso ideológico e político contra as políticas progressistas. Há também tensões no interior do campo neoliberal no que se refere ao alinhamento ao programa neoconservador, afinal, uma das formas de dominação vigentes é, justamente, vender ideias de “transgressão”. O mercado continua oferecendo um discurso “modernizador” que, se de um lado, não defende propriamente os valores tradicionais da família e da religião, por outro lado, molda subjetividades em torno de ideais altamente vinculados ao ideal liberal de liberdade. Assim, toda a região tem se convertido em um extenso “campo de batalha” política entre progressismos e direitas cujo resultado não está definido.

Os problemas, impasses e crises das experiências progressistas são resultado da pressão que o capitalismo internacional e nacional tem feito contra suas políticas, mas também de debilidades próprias. Vamos apontar algumas dessas últimas.

- a) Houve insuficiências programáticas econômico-políticas sobre o que fazer com o capitalismo periférico que se estava governando para poder avançar em conquistas sociais para as grandes maiorias. Houve insuficiências programáticas políticas sobre que forma de Estado deve assumir a participação popular direta para ir além das formas liberais tradicionais de representação.
- b) Houve insuficiências ideológico-políticas, quando o acesso ao consumo globalizado de massas para as maiorias e a perspectiva de virarmos “sociedades de classe média” foram as chaves principais da disputa hegemônica contra uma ordem neoliberal que apenas conseguia prometer benefícios para 1/3 ou menos da população (atualmente, para uma “sociedade do 1%”).
- c) Houve problemas político-organizativos, com nossos partidos políticos sendo absorvidos pelo Esta-

do e adotando práticas tradicionais de governabilidade, e exacerbando o sectarismo intra-progressista em relação aos problemas que estavam atravessando.

O grande desafio do internacionalismo é buscar coletivamente entre as forças progressistas e de esquerda da América Latina, por meio do Foro de S. Paulo e outros espaços de convergência, as vias de superação desses impasses. Não será um processo linear nem de curto prazo. São pendências políticas que vêm se acumulando desde o fechamento do ciclo político das esquerdas que teve seu marco com o fim da URSS (1991) e a queda do Muro de Berlin (1989). Também não se dará “a frio”. Há disputas em curso de todo tipo, que devem ser o fermento no qual iremos testar novas hipóteses estratégicas e organizativas. Mas é fundamental entender a urgência dessa perspectiva de buscar uma nova acumulação política, porque parte de um diagnóstico de que nossa acumulação anterior é muito insuficiente para responder os desafios que temos pela frente.

OS SOCIALISTAS E A REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA NO BRASIL

O golpe parlamentar de 2016 que derrubou a presidenta Dilma e iniciou a implantação do violento programa da contrarrevolução neoliberal não era inevitável. Ele resultou de uma dialética que envolvia, de um lado, um movimento programático ofensivo e unitário das classes dominantes nacionais, orgânico ao neoliberalismo internacional e, do outro, de uma desorganização programática e política do governo Dilma e do PT. Desde 2010, pelo menos, já era possível diagnosticar os limites democráticos de transformações no Estado brasileiro conquistadas pelos dois governos Lula. Estes limites transformaram-se cada vez mais em impasses na experiência dos governos Dilma, que se tornou mais dependente de coalizões fisiológicas no Congresso Nacional e com menos iniciativas no campo da participação popular. Sem um programa e uma dinâmica de revolução democrática, a direita neoliberal brasileira teve aberto o campo histórico para organizar a sua estratégia de desestabilização do governo Dilma e da própria república democrática dos brasileiros. E seria um equívoco maior ainda considerar esta contrarrevolução já vitoriosa por toda uma época histórica: há ainda uma disputa política em curso, instável e indefinida, sobre os rumos do Brasil.

O enfrentamento ao golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 se deparou com uma resistência importante no campo da cultura, antes, durante e após o Golpe. Este campo cultural, com raras exceções, tomou clara posição em defesa da democracia no país. Ele tem presença marcante nas lutas contra o Golpe com o movi-

mento Cultura pela Democracia, nas manifestações Fora Temer e Diretas Já, nas ocupações pelas comunidades culturais, artistas e intelectuais, das sedes do Ministério da Cultura com o movimento Ocupa Minc em resposta à tentativa de extinção deste ministério e que possibilitou a primeira vitória contra a quadrilha que assaltou o poder.

Reconhecemos o papel crítico e relevante da cultura na luta política que nos demonstrou, sobretudo, recentemente, novas possibilidades de ação plural, horizontal, em redes, onde as relações pessoais, coletivas e afetivas são exercícios políticos da radicalização democrática com os seus arranjos horizontais, plurais, fluidos, capilares, imaginativos, não estáticos, preestabelecidos ou verticalizados. E assim consideramos que a cultura é o que nos define e a maneira como nós definimos todas as outras coisas, inclusive, a luta socialista, concebendo a centralidade e o papel constitutivo da cultura em todos os aspectos da vida social.

Precisamos ampliar a nossa presença na luta político-cultural, momento e movimento vitais para o retorno da democracia e a transformação da sociedade brasileira, como também incorporar de maneira mais substantiva a cultura nas nossas lutas e programas. Compreender a cultura como uma das dimensões essenciais ao desenvolvimento da sociedade, em conjunto com dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. A cultura como um componente fundamental do processo de luta político-ideológica pela transformação da socieda-

de brasileira, pois, sem cultura não há desenvolvimento, nem transformação social.

Esta disputa classista, de dimensões históricas, se estabelece fundamentalmente sobre o terreno democrático republicano: o Brasil se tornará um país dominado por um Estado neoliberal, antidemocrático, violentamente patriarcal, barbaramente predatório dos pobres e oprimidos, neocolonizado e antirrepublicano, ou será refundada uma república democrática e popular, sob a liderança dos socialistas democráticos? É para esta consciência e para a resposta a esta disputa que devem se organizar e convergir todo o programa, a estratégia e a política da esquerda brasileira neste próximo período.

Enfrentar os desafios postos à esquerda brasileira a partir deste ponto de vista histórico – está em curso uma disputa sobre o legado e futuro republicano democrático do Estado brasileiro – significa, desde já, fazer a crítica a dois caminhos equívocos de resposta à contrarrevolução neoliberal. O primeiro deles – esta crítica foi, sem dúvida, a grande conquista do 6º Congresso do PT – seria o de pretender enfrentar a contrarrevolução por dentro de suas instituições, suas dinâmicas, compondo centralmente com forças golpistas dissidentes e com o horizonte de restabelecer condições de governabilidade para um futuro governo a partir de uma coalizão com setores da direita ou da centro-direita. Já não é mais possível retornar a políticas de conciliação – com o capital financeiro, com as grandes empresas de mídia, com setores conservadores do Judiciário, com as grandes empresas do agronegócio – em coalizões com a centro-direita. O segundo erro estratégico seria o de iniciar um movimento de resistência já considerando o programa da contrarrevolução neoliberal vitorioso, visando acumular forças para dispu-

tar em um futuro indeterminado os rumos do Brasil. A questão é que não é possível acumular forças sociais e políticas da esquerda frente a um movimento contrarrevolucionário que visa exatamente destruir as forças políticas da esquerda, suas lideranças e sua base social organizada. Ambos se equivocam ao atribuir à contrarrevolução neoliberal uma força hegemônica, uma tal unidade classista, uma capacidade política de estabilizar sua dominação, um tal poder que tornaria sua vitória inevitável no curto e médio prazo. O erro desta visão é o de não entender que a luta de classes é sempre dialética, que a força das classes dominantes está sempre em relação inversa à capacidade política das classes dominadas, seu nível de consciência, sua organização, seu programa. E que é exatamente neste trânsito para uma nova consciência, um novo programa e uma nova organização que é preciso formar um novo caminho possível para o PT e as forças da esquerda brasileira derrotarem a contrarrevolução neoliberal.

É fundamental compreender que os limites de consciência, de programa e de organização continuam enfraquecendo os fundamentos da esquerda brasileira na resistência à contrarrevolução neoliberal. De 2015 até o final do golpe parlamentar em 2016, a esquerda brasileira esteve basicamente dividida: nas ruas, com a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, formou-se um grande movimento de massas em 2015 “Fora Levy/ Fora Cunha” e, no primeiro semestre de 2016, o movimento ainda maior e, desta vez com grande peso cultural, “Não vai ter golpe!”; mas a maioria do PT e o segundo governo Dilma continuaram até o final apostando na possibilidade de deter o golpe através centralmente da adoção de um programa neoliberal na economia, de uma política de diálogo e ambígua legitimação da Operação La-

va-Jato e de uma repactuação com setores das correntes de centro-direita no Congresso Nacional. Se no segundo semestre de 2016, houve um dos maiores movimentos estudantis da história, com a ocupação massiva de escolas e universidades em greve, este movimento ficou isolado em relação aos outros movimentos sociais. Se em abril de 2017 foi realizada a grande greve geral de trabalhadores contra as reformas trabalhistas e a reforma da Previdência, este movimento ascensional não teve continuidade. O PT esteve gravemente dividido sobre dar apoio ou não à reeleição dos líderes golpistas na Câmara Federal e no Senado, sendo que a maioria do PCdoB optou e continua a optar claramente por esta linha. O PSOL dividiu-se entre as posições antigolpistas e de denúncia da cassação de Lula tomadas por sua maioria e posições de lideranças públicas que chegam até a se omitir perante o golpe, legitimar a cassação de Lula, além de recusar qualquer frente política com o PT.

As históricas caravanas de Lula têm cumprido o importante papel de religar o passado e o futuro das bases sociais do PT, tornar massiva a defesa do direito democrático da candidatura de Lula à presidência, firmar novos compromissos políticos como o ... da convocação de um plebiscito revogatório das leis e medidas tomadas pelos golpistas e a democratização dos meios de comunicação. A proposta deste “plebiscito revogatório”, com profunda base de legitimidade democrática e popular potencial, é fundamental para ir desde já forjando a ideia força de que a reconquista do governo pelo país pelas esquerdas brasileiras não significará se curvar aos atos de governo e leis ilegítimas tomadas pelos golpistas.

Estes movimentos contribuíram de modo decisivo para tornar o golpe ilegítimo, para impor um repúdio ampla-

mente majoritário aos golpistas e às principais direções nacionais do golpe, inclusive aquelas do PSDB. Mais do que isso, mantiveram acesa a chama da resistência e da esperança. Novas gerações de militantes, de feministas e frentes políticas de massas se formaram, canais alternativos de informação e opinião na internet ganharam grandes audiências, setores culturais e da igreja católica multiplicaram a sua identidade de denúncia e resistência. A denúncia do golpe ganhou importante dimensão internacional. Mas, em nenhum momento, houve uma clara indicação de alternativa: o segundo governo Dilma, por suas opções principalmente no plano econômico, sinalizava em uma direção oposta; após sua queda, as forças de esquerda nunca chegaram a se unificar sobre uma alternativa democrática ao país, nunca ofereceram com nitidez e principalidade uma alternativa democrática aos golpistas e apenas esboçaram princípios de um programa de emergência. Este limite de consciência sobre o significado da contrarrevolução neoliberal e a construção de uma alternativa republicana democrática de perspectiva socialista a ela impede o desenvolvimento de um programa e a formação de uma vontade política capaz de vencê-la. Sem superar este limite de consciência e sem formar este programa não conseguiremos vencer a contrarrevolução neoliberal. A construção da hegemonia exige sempre apontar um caminho viável de futuro, mesmo que difícil e semeado de desafios.

É preciso, em primeiro lugar, formar a consciência daquilo que unifica a coalizão golpista, apesar de suas diferenças e atritos, de seus conflitos de interesses corporativos: o programa de fundar no Brasil um Estado neoliberal. A aplicação deste programa é o que religitima o presente e o futuro da coalizão golpista frente às classes

dominantes brasileiras em suas conexões com as classes dominantes internacionais. Este programa desenvolve, ao mesmo tempo, cinco dimensões de destruição/construção, mutuamente configuradas. Por isso, se a luta se estabelece apenas no plano das resistências, ela tende a se fragmentar e dividir diante de tantas e simultâneas ameaças. Os golpistas praticam a tática da guerra de saturação, isto é, atacam ao mesmo tempo por todos os lados.

A primeira dimensão é a construção de um Estado neocolonizado, isto é, que regrida aos padrões de soberania nacional precária do Estado brasileiro pré-revolução de 1930, subordinação, dependência e vulnerabilidade ainda maiores hoje em função do grau de internacionalização da inserção do Brasil no mundo do capitalismo neoliberal. A ideia-força que organiza esta vertente do programa é a retomada do americanismo – o culto aos valores da civilização norte-americana – e a destruição dos sentimentos de autoestima e esperança dos brasileiros. Este programa se revela na destruição dos graus de soberania nacional construídos na política externa (com uma estrita adesão à política externa dos EUA), na área de energia (com o processo de venda e privatização da Petrobras, da Eletrobras), dos bancos públicos (com o fim da função desenvolvimentista do BNDES e com sua descapitalização, com o enfraquecimento e privatização acionária do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal), com a abertura do mercado de terras às empresas estrangeiras. Além disso, é evidente a imposição de uma dinâmica de crescente enfraquecimento e endividamento financeiro do Estado nacional através de uma política econômica recessiva que provoca e acelera de forma explosiva uma crise fiscal aguda que pode se tornar, no curto prazo, fatal para a macroeconomia do setor público nacional, assim como já vem ocorrendo no Rio de Janeiro.

A segunda dimensão é o desmonte de todo o arcabouço de instituições, leis e políticas públicas que organizam historicamente, de forma tardia e desigual, o processo de construção de um Estado do Bem-Estar no Brasil. A ideia-força que organiza estes ataques é a denúncia do Estado falido e tutelar, dos direitos sociais como contrários e inibidores de uma ética do capitalismo, do empreendedorismo e da autossustentação competitiva no mercado. O ataque é, em primeiro lugar, à CLT e aos direitos do trabalho, aos sindicatos e, ao mesmo tempo, a imposição de uma dinâmica forte de desemprego e precarização do mercado de trabalho. Toda a programação de direitos sociais prevista na Constituição de 1988, enriquecida com os novos direitos depois dela conquistados, foi inviabilizada com as restrições aos gastos orçamentários durante duas décadas. O encolhimento dos programas de renda mínima, em um quadro de pauperização e desemprego, coloca o Brasil de volta ao mapa da fome mundial. Está no programa da coalizão golpista retrocessos que levarão praticamente à destruição da previdência pública. O projeto de construção do SUS, já em impasse histórico e estrutural frente ao crescimento do mercado privado de saúde, será destruído. A inteligência sanitária brasileira denuncia este desmonte como a criação de uma “barbárie sanitária” no país. As restrições orçamentárias já em curso e em aprofundamento inviabilizam o sistema público das universidades brasileiras. A dinâmica do programa da contrarrevolução neoliberal fará do Brasil um país dos poucos super-ricos, com uma estreitíssima porção de ricos, setores assalariados cada vez mais empobrecidos e precarizados, em meio a um mar de pobres, forçados a sobreviver em regime de barbárie mercantil e violência.

A terceira dimensão deste programa neoliberal é o seu caráter regressivo e violentamente patriarcal, como ficou muito evidente na cena da campanha de ódio contra a primeira presidente do Brasil. A ideia-força desta terceira dimensão é a denúncia do feminismo, seja através de uma ética patriarcal fundamentalista e conservadora seja através de sua neutralização pela cultura mercantil. Sem políticas públicas voltadas para a defesa de seus interesses, com sub-representação, sem direito a voz pública e em um quadro de maior potência de culturas fundamentalistas e machistas, as dimensões de violência contra a mulher no Brasil – a violência sexual, a prostituição, o estupro, o feminicídio – tendem a aumentar fortemente. São as mulheres as maiores vítimas de processos de desemprego, precarização, tendo, além disso, que suportar através do trabalho doméstico invisibilizado e não pago os custos sociais das regressões das políticas sociais.

A quarta dimensão deste Estado neoliberal é o desatamento, como já vem ocorrendo, da violência e da barbárie contra os povos indígenas, os sem-terra, as comunidades tradicionais quilombolas. Esta mesma dinâmica impulsiona a predação da floresta amazônica. A ideia-força desta quarta dimensão é a apologia do agronegócio, elevado a símbolo da modernidade, da eficiência e riqueza, da vocação do país. Os governos Lula e Dilma, com suas políticas de incentivo à agricultura familiar, de regulação e controle do desmatamento, de promoção de comunidades tradicionais significaram, de fato, um equilíbrio e arbitragem importantes, mas precários frente às vertentes muito agressivas de crescimento e expansão do agronegócio e das grandes companhias mineradoras. Agora, este equilíbrio está sendo rompido em favor dos interesses das grandes corporações, nacionais e estrangeiras.

Neste mesmo sentido, outra vertente desta dimensão do programa neoliberal, é o resgate das formas de terror coloniais e escravistas que libertam forças mórbidas de violência e horror. Sua forma de poder e controle é o estado de sítio ou de exceção, que por meio deste repertório político promove consequências econômicas, políticas e sociais nefastas para os países em desenvolvimento, principalmente, para os segmentos historicamente pobres e marginalizados, onde o discurso e a prática penal, progressivamente ganha legitimidade. Nesta perspectiva, o que se presencia, são novas formas de controle social que, por sua vez incide de forma significativa sobre o corpo dos indivíduos, em especial dos corpos negros.

Na medida em que a questão social já não é mais solúvel no interior das instituições sociais capitalistas, a sua consequente militarização e barbarização aparece como modelo de gestão. Daí advém a política de morte perpetrada pelas polícias militares do Brasil com o genocídio da população negra, jovem e moradora das periferias.

A quinta dimensão do programa neoliberal, que garante e reproduz todas as outras dimensões, é a ruptura da república democrática dos brasileiros, mesmo com todas as suas limitações, e sua substituição por uma autocracia – no sentido que lhe dava Florestan Fernandes, em sua obra clássica -, que se sustenta através de um Estado de exceção, criminalização e violência contra as forças de esquerda e processos de legitimação midiática. A ideia força deste centro programático é a crítica da política como lugar inevitável da corrupção e a apologia das lideranças carismáticas, alinhadas aos valores neoliberais, como alternativa. A contrarrevolução neoliberal não trabalha com um sentido de legitimidade democrática e de Estado de direito constitucionalizado, mas va-

le-se exatamente da retórica da crise para operar com altos graus de arbitrariedade e exceção, de legitimação instrumental midiática, de construção de anomia política e, sobretudo, do aumento da violência. Assim, ela conjuga governo despótico, justiça de exceção e parlamento que vota em regime de alienação de representação. A condenação de Lula, a criminalização do PT e dos movimentos sociais, a realização das eleições de 2018 em um quadro de resultado controlado, seguido da reorganização de um sistema político imune às pressões majoritárias do eleitorado, seria o plano político do novo Estado neoliberal brasileiro inserido caoticamente na rede de Estados neoliberais dominantes.

A dificuldade dos socialistas brasileiros, vivida como singularidade no contexto de sua própria experiência recente, de responder ao desafio da luta de classes no Brasil, não deve ser subestimada nem banalizada. Sem responder a ela não há como vencer a contrarrevolução neoliberal, não há como construir um campo de unidade e convergência das esquerdas, nem se consegue formular com nitidez um caminho de construção da hegemonia dos socialistas. A dificuldade histórica de responder a ela resulta de um impasse de identidade, de sentido histórico, programático, estratégico e se contextualiza em impasses táticos. Diagnosticá-los é iluminar os caminhos de sua possível superação.

O impasse da identidade pode ser assim resumido: com força ascendente para criar dinâmicas amplas de republicanização e democratização, mas sem ter capacidade hegemônica, os socialistas brasileiros vieram se constituindo no último quarto de século sob a tensão de situar-se dentro ou além da ordem liberal democrática que resultou da transição conservadora da ditadura militar à de-

mocracia. Esta crise de identidade de atuar como esquerda da democracia liberal, ou além dela, parcialmente republicanizada, ou esquerda liberal ou de centro-esquerda, com base classista e popular, mas implicando em sua vertente principal em governos cada vez mais dependentes de relações e pactos com as classes dominantes, operou sempre com uma práxis cujo horizonte era o de criar novos direitos, expandir e efetivar outros em uma dinâmica progressista e civilizatória. Essa dinâmica principal significou separar de forma crescente soberania popular e programa de orientação socialista, direito de voto e direito de voz pública, construção de maiorias eleitorais de construção de hegemonia. Ora, a contrarrevolução neoliberal exige, de forma incontornável e agora, combinar a defesa da soberania popular com um programa de orientação socialista, combinar a disputa pelo direito de voto com o direito de voz pública, a construção de uma hegemonia para construir uma nova dinâmica de maiorias eleitorais.

O impasse histórico estava já configurado na Constituição de 1988 que, mesmo com uma soberania popular mitigada (Congresso não exclusivo, senadores bionicos, ausência de opinião pública democrática, sobre-representação das classes e setores dominantes e sub-representação das classes e setores dominados), pode ser considerada como uma experiência inicial de formação de uma república democrática em nosso país. A sua maioria conservadora conseguiu limitar, neutralizar ou colocar em suspensão dimensões fundamentais de um processo de republicanização democrática. Estes limites, neutralizações e suspensões ganharam um sentido dinâmico e programático com a ascensão do neoliberalismo no Brasil, em particular com os governos FHC, que promoveram um processo permanente de dezesseis re-

visões da constituição, privatizações, novas instituições de regulação e novas leis na área macroeconômica. A disputa PSDB/PT, que organizou a formação de coligações em disputa desde 1994 na democracia brasileira, deve ser compreendida como a disputa entre duas direções constitucionais para o Estado brasileiro, liberalização de sentido neoliberal ou republicanização de sentido democrático-popular. A chegada ao governo do país de coalizões lideradas pelo PT significou certamente um processo de inovação institucional, fortalecimento da soberania nacional e do setor público, ampliação e universalização de direitos em um sentido oposto, embora em geral com precários processos de constitucionalização. A contrarrevolução neoliberal está procurando exatamente resolver este dilema histórico atacando os fundamentos republicanos da Constituição de 1988 à margem e contra o princípio da soberania popular. Os socialistas democráticos estão agora desafiados, não apenas a defender os princípios republicanos da Constituição de 1988, mas aprofundá-los, dar-lhes coerência e sentido histórico atualizado através de um processo de refundação constitucional republicana, a partir da soberania popular, construindo a sua hegemonia política.

O impasse programático republicano democrático das esquerdas brasileiras, em particular do PT, está no fato de que o seu horizonte programático passou a ser, cada vez mais a partir do início dos anos noventa, de governos nacionais ou subnacionais viáveis, em um sentido dinâmico, no contexto do Estado liberal e da correlação de forças. Isto levou ao distanciamento ou separação entre programas de governo e os programas históricos das esquerdas brasileiras, em formação e de sentido socialista democrático. A trama entre a esquerda e sua base social históri-

ca decerto não se rompeu, mas se desorganizou profundamente. Movimentos sindicais, feministas, antirracistas, agrários, educacionais e de jovens, urbanos, sanitaristas, ecológicos, de moradia popular, de defesa dos direitos humanos, contra a corrupção e pela democratização dos meios de comunicação, passaram a se inserir em uma dinâmica de inclusão e de institucionalização conflituosa com as experiências de governos de esquerda. Reconstruir o programa histórico da esquerda brasileira – o seu sentido socialista, democrático e republicano – demanda hoje um rico, plural e unitário processo social. São neste sentido fundamentais as experiências em curso, como o “Brasil que o povo quer” do PT em conjunto com a Fundação Perseu Abramo, e também e aquelas organizadas pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo. Mas o centro deste esforço está exatamente em vincular a reconquista da soberania popular a programas estratégicos antineoliberais, de orientação socialista democrática. É neste espaço histórico – de luta pela refundação de uma república democrática no Brasil – que o programa histórico da esquerda brasileira pode se reconstituir e ganhar coerência e sentido.

O impasse estratégico republicano democrático das esquerdas brasileiras está no fato de que a contrarrevolução neoliberal opera, ao mesmo tempo, com a destruição da institucionalidade republicana democrática e com a instrumentalização de suas instituições – governos, judiciários, legislativos, procuradorias e promotorias – para operar a legitimação de seu programa. Se aceitam disputar centralmente nestas instituições instrumentalizadas, as esquerdas terminam por legitimar o curso da contrarrevolução, em um jogo no qual as próprias regras são arbitrariamente manipuladas. Se optam por disputar so-

mente a partir de fora e contra estas instituições instrumentalizadas, correm o risco de permitir um processo sem freios de implantação do programa da contrarrevolução neoliberal, em um período no qual ainda não dispõem de força política para impor uma alternativa. A superação deste impasse estratégico exige, então, combinar uma política clara cujo centro deve ser a deslegitimação da contrarrevolução e a proposição de uma alternativa de conjunto a ela, utilizando a disputa no interior das suas instituições instrumentalizadas para desgastar, frear e denunciar o programa da contrarrevolução neoliberal. Isto é, a luta contra a contrarrevolução neoliberal não pode ser centrada em suas instituições – a negociação como oposição do governo Temer, a disputa parlamentar no Congresso Nacional, a disputa jurídica nos tribunais de exceção – mas deve utilizar a luta nestes espaços para fortalecer um movimento político nacional, de mobilização, organização e comunicação permanentes. O programa estratégico deste movimento deve ser aquele que vincula a realização de eleições democráticas, com a defesa do direito de Lula ser candidato a presidente e de não haver uma criminalização judicial da esquerda, à convocação de um plebiscito revogatório para anular medidas golpistas e o compromisso pela convocação de uma Assembleia Constituinte, exclusiva e soberana, que reorganize os fundamentos republicanos e democráticos do país, processo no qual os socialistas democráticos buscarão construir a sua hegemonia.

O 6º Congresso Nacional do PT, recém-realizado, afirma nos itens 22 e 23 da “Resolução sobre Situação Nacional”: “O PT empenhará o melhor dos seus esforços na formação da mais ampla unidade das forças progressistas pela saída de Michel Temer e por eleições livres e

diretas já para presidente e vice-presidente, senadores e deputados federais. Impulsionaremos uma vigorosa mobilização e organização popular por eleições livres e diretas ao lado das Frentes Brasil popular e Povo Sem Medo”. E o item 33 do capítulo da “Resolução sobre Estratégia e Programa” indica: “A principal bandeira de nosso programa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, destinada a reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro e realizar reformas que reorganizem suas bases socioeconômicas e institucionais, dilaceradas pelo governo usurpador. A democratização das instituições brasileiras é preâmbulo para as demais reformas estruturais”. O impasse tático republicano democrático central é como relacionar as diretas já e a defesa estratégica de uma Assembleia Constituinte com o processo de eleições de 2018.

Em nome de um realismo político, tem prevalecido a tática de concentrar a disputa central com os golpistas nas eleições de 2018, apostando em sua impopularidade e crescente desgaste eleitoral, simultâneo à retomada e fortalecimento da liderança de Lula, concentrando na defesa de sua candidatura o centro democrático da luta contra o golpe. Esta opção tática tem a vantagem de estimular a esperança popular acendida pela possibilidade de um novo governo Lula, fortalece uma polarização imediata com o programa dos golpistas e joga força na pressão popular para que o país tenha em 2018 eleições democráticas. A proposta de realizar a defesa pública da candidatura de Lula, esgotando até o limite todas as possibilidades judiciais recursais, dramatiza e leva ao centro da conjuntura eleitoral de 2018 este golpe dentro do golpe que é a criminalização e interdição da liderança política histórica de Lula. Ao realizar este movimen-

to, amplifica a denúncia do caráter farsesco da realização de eleições sem Lula e confirma a presença da liderança política de Lula na cena política – mesmo na hipótese de sua eventual prisão e do impedimento de sua candidatura. A imagem forte de um “Lula candidato até na prisão”, com seu poder de polarização e transmissão de votos, leva a resistência ao golpe até o momento chave de reprodução de sua já combatida legitimação.

Este movimento tático deve ser capaz de responder, ao mesmo tempo, a três desafios, dentro de um objetivo geral de obter uma vitória eleitoral contra os golpistas em 2018 ou deslegitimar as eleições de 2018, mantendo e até crescendo as posições das esquerdas e da luta de resistência contra o golpe. O grande risco é que os golpistas consigam – através de uma interdição da candidatura de Lula, da retomada da criminalização judicial do PT, de suas lideranças e da esquerda, do investimento vultoso de dinheiro em candidatos ao Congresso Nacional ao mesmo tempo em que as esquerdas terão o seu tempo eleitoral de televisão drasticamente reduzido em relação às últimas eleições – vitórias eleitorais que renovem a sua legitimação para aprofundar a aplicação de seu programa radical neoliberal. O segundo grande risco é que as esquerdas brasileiras se apresentem desunificadas, sem plataformas comuns, em dinâmicas eleitorais marcadas pelo esforço de sobrevivência em reação às novas regras de cláusulas de barreira. O terceiro grande risco é que – frente a um quadro gravíssimo de crise econômica e social – os movimentos sociais sejam tragados pela dinâmica eleitoral, perdendo o pulso e o movimento político das ruas, aprofundando tendências já presentes neste segundo semestre.

Se a grande maioria da população brasileira já construiu a consciência da impopularidade e ilegitimidade do go-

verno Temer, se já construiu também a consciência da impopularidade e da ilegitimidade das decisões tomadas pelo Congresso Nacional contra os direitos do povo brasileiro, ela se verá ante o desafio em 2018 de formar a impopularidade e ilegitimidade das decisões políticas tomadas pelo atual sistema judicial brasileiro com a provável confirmação da condenação de Lula. A resposta da esquerda e dos democratas brasileiros a esta tripla consciência da ilegitimidade das instituições golpistas deverá articular a sustentação da candidatura de Lula com a formação da maior unidade de esquerda possível e com a convocação de uma Assembleia Constituinte. Há já um crescente posicionamento de correntes de esquerda, grupos de intelectuais, estudantes, artistas, movimentos populares, lideranças religiosas a favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como solução para a grave crise institucional instalada. Não é possível, neste momento, antever a forma concreta que emergirá esta proposta das lutas políticas e populares. O que importa nesta proposta é criar novas dinâmicas políticas, abrir novos canais de expressão política, trazer novos atores para a cena política, tirar a primazia do exercício da política dos bastidores, para as ruas, num processo que favoreça uma nova lógica de conflitos de classe. Criar essas novas dinâmicas pode e deve anteceder uma formal convocação de uma Assembleia Constituinte. Quanto antes este processo crescer e se aprofundar, maiores serão as perspectivas de mobilização em prol de uma amplitude de poderes a serem outorgados a esta Assembleia. Como também maiores serão as possibilidades de ampliação da representação das classes trabalhadoras e dos setores populares nesta Constituinte.

O PT E A UNIDADE DAS ESQUERDAS NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA À CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

Se o ataque às próprias bases da soberania popular, foi a resposta dos golpistas à crise de representação e legitimidade da democracia no Brasil – hoje expresso no lema “todo político é corrupto” – a defesa de uma Assembleia Constituinte, de uma refundação pelas próprias raízes da democracia e da república, deve ser a grande resposta histórica dos socialistas democráticos à contrarrevolução neoliberal. As esquerdas brasileiras têm de se reapctuar com o povo brasileiro para ser capaz de reapctuar o país. Pensando assim, como um movimento social e político, esta proposta pode e deve se tornar um grande referente de unidade das esquerdas brasileiras, junto com a proposta de um plebiscito revogatório. Ela tem o potencial de trazer para este movimento democrático programático profundo e unitário os movimentos sociais das várias áreas hoje entrincheirados na defesa de seus direitos conquistados : os indígenas e os quilombolas, os sem-terra e os movimentos agrários, os movimentos sindicais, pela democratização da mídia e da cultura, os movimentos feministas, os movimentos antirracistas, os movimentos pelos direitos humanos, os movimentos ecológicos e de luta pela moradia, os movimentos pela educação pública e o movimento sanitarrista, os movimentos contra a corrupção e os privilégios, contra o capital financeiro e os rentistas.

Este programa estratégico, em torno do qual o acúmulo de forças da resistência pode se expressar e transitar de uma fase defensiva para uma fase ofensiva da luta contra o golpe, pode e deve ser acompanhado de um programa nacional de emergência que responda no imediato à

crise social, econômica e ético-política do país. As bases deste programa mínimo podem e devem, inclusive, ser formuladas em diálogo com todas as forças de esquerda, facilitando convergências de primeiro ou de segundo turno nas disputas eleitorais.

O Encontro da Jornada Continental em Defesa da Democracia e Contra o Neoliberalismo realizado em 16-18 de novembro passado em Montevideo, Uruguai, foi um espaço chave para o processo de reagrupamento das forças sociais e políticas progressistas e de esquerda do hemisfério.

Tratou-se de um momento estratégico da iniciativa lançada no Encontro Continental 10 Anos Após a Derrota da ALCA, realizado em Havana, Cuba, em novembro de 2015 que se reuniu para avaliar a conjuntura continental que se debatia entre a resistência dos setores progressistas e a ofensiva das forças da direita em um contexto de extremas dificuldades provocadas pelos impactos da crise internacional do capitalismo e as estratégias do imperialismo sobre a região.

Havana recuperou o sentido estratégico de articulação continental e unificação das lutas presente na Campanha Continental de Luta contra a ALCA, que garantiu derrotar a iniciativa imperialista dos EUA na região e abriu um novo contexto que propiciou mudanças significativas na região.

O desafio lançado em Havana em 2015 identificou quatro eixos principais: luta contra o livre comércio, luta

contra as empresas transnacionais, defesa da integração regional, defesa da soberania e democracia. Em novembro de 2016 a Jornada se desdobrou em mobilizações em vários países no dia 4 de novembro. Em 2017, o Encontro de Montevideo teve como objetivo avançar no processo de construção da Jornada Continental como um sujeito político. Com cerca de 3000 participantes de 23 países teve um caráter de fortalecimento da luta e conexão de vários movimentos e suas lutas. Os eixos da Jornada foram transversalizados pelas lutas feministas e ecologistas, pelas questões colocadas pelas juventudes em luta e pelas migrações, e há o desafio de avançar na agenda antirracista, indígena e LGTBI. Foi um momento fundamental para reforçar a militância internacionalista e a solidariedade entre os povos em luta.

As dificuldades da transição de uma situação de defensiva e de derrota política para uma condição hegemônica e de possível vitória sobre a contrarrevolução neoliberal não devem ser banalizadas. Há muitos riscos: o de que forças inerciais da esquerda brasileira, constituídas em um forte processo de institucionalização, travem esta transição; o de que a ausência de construção de uma tradição de unidade política frentista crie um cenário de dispersão; o de que a construção necessária se atrase e perca o tempo dos momentos mais decisivos da luta de classes. A consciência destes riscos deve iluminar os caminhos e opções e, sobretudo, a responsabilidade histórica, ética e moral dos/as socialistas democráticos neste período decisivo.

Há seis desafios a serem respondidos para transformar em realidade a possibilidade potencial de uma vitória sobre a contrarrevolução neoliberal. Como resistir à dinâmica de criminalização de Lula, do PT, da esquerda e

dos movimentos sociais? Como dar os passos necessários para que o PT avance em sua capacidade hegemônica, a partir das conquistas e limites do 6º Congresso Nacional? Como aumentar qualitativamente a capacidade comunicativa das esquerdas brasileiras? Como avançar na construção da unidade política das esquerdas brasileiras, em particular no que diz respeito ao enfrentamento das próximas eleições presidenciais? Como avançar na retomada e reconstrução da cultura pública marxista e socialista democrática das esquerdas brasileiras? Quais propostas podem criar um novo padrão de inserção e convergência da esquerda brasileira com as principais forças de esquerda no plano internacional?

A criminalização de Lula, do PT, das esquerdas e dos movimentos sociais é um objetivo estratégico da contrarrevolução neoliberal. A sua permanência e o seu futuro dependem disso. Quanto mais ilegítima ela for, quanto mais impopular for o seu programa, em quanto mais impasses ela se envolver, mais ela lançará mão da violência. É neste cenário histórico previsível de calúnia, perseguição e violência que as esquerdas brasileiras têm de construir o seu caminho.

O recente episódio que envolveu generais da ativa, no comando do Exército brasileiro, ao encontrar o silêncio da coalizão golpista, introduz uma nova componente na crise da democracia brasileira. Ela revela o grau de desmoralização e ilegitimidade crescente de todas as instituições republicanas do país. Um golpe militar, em uma situação extrema de ingovernabilidade e crise social, não pode ser descartado embora não pareça ser hoje a hipótese mais provável de trabalho da coalizão golpista. Esta ameaça só reforça a centralidade e o caráter incontornável da luta democrática.

Está em curso uma vontade política barbaramente regressiva em relação aos direitos históricos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e dos povos que foram colonizados. Regressão que traz consigo o aumento da pobreza, da degradação social e da sensação de insegurança. Que traz também a ausência de perspectivas racionais de saídas para a crise, além do medo de uma barbárie que se sente que cada vez mais se avizinha - terreno fértil para o florescimento de culturas do ódio ao diferente. Culturas fascistas ou nazistas, racistas, feminicidas, homofóbicas. De ódio aos que historicamente são discriminados.

Ao mesmo tempo os defensores da contrarrevolução neoliberal se utilizam desses sentimentos para conquistar alguma base popular e parlamentar para seus regimes. Não é por acaso o alinhamento e apoio das chamadas bancadas “da bíblia” e “da bala” no Congresso Nacional nas votações das propostas entreguistas e regressivas dos direitos sociais. Não é gratuita a ação de setores como o MBL (Movimento Brasil Livre) em torno de campanhas como a revogação do estatuto do desarmamento, a redução da maioria penal ou a tal “Escola Sem Partido” em que se soma um anticomunismo latente com um discurso francamente homofóbico. Tudo feito em nome da “defesa de nossas crianças” e da “família”.

Se nas décadas de 80 e 90 o neoliberalismo se utilizou do combate à inflação e das derrocadas dos regimes do leste europeu para ter sucesso na eleição de governos alinhados com suas políticas, agora também se busca o mesmo objetivo através do estímulo à propagação de ideias fascistas.

São visíveis igualmente as ameaças fascistas, hoje centralizadas politicamente na candidatura de Bolsonaro.

Neste quadro, é muito importante, mesmo que seja limitada, a vitória obtida no STF de criminalização de sua ameaça de estupro à companheira Maria do Rosário e, agora, de sua condenação por seu discurso racista. Bolsonaro é mais do que um mero representante da direita nessa conjuntura do golpe, ele é a figura que tem articulado o ataque à política e à esquerda aos valores e debates extremamente conservadores. A ressonância dos seus discursos ameaça severamente a democracia

A extraordinária dignidade e força moral do companheiro Lula já foi capaz de derrotar o maior objetivo de seus carrascos neoliberais: o de romper o elo de esperança entre ele e as classes trabalhadoras, entre ele e o povo brasileiro. Este elo vermelho não foi rompido, está se fortalecendo. A extraordinária inteligência jurídica que se pôs a serviço de sua defesa já há muito acusa os acusadores: formou-se na consciência jurídica democrática do país e, agora, cada vez mais na população brasileira, a convicção do caráter corrompido e partidariado da Operação Lava-Jato e do juiz Moro. Têm sido muito importantes, no contexto, as posições da Frente Povo Sem Medo e do PSOL que condenou, em nota, as circunstâncias jurídicas de excepcionalidade que marcaram a primeira condenação de Lula. Um primeiro circuito internacional de denúncia da criminalização da liderança de Lula já foi percorrido e deve agora ganhar plena força.

A defesa de Lula está obtendo sua vitória moral, a supremacia de sua razão jurídica, um crescente apelo popular. Ela precisa se tornar agora uma questão republicana e democrática: se a condenação de Lula está sendo montada com base em um tribunal de exceção daqueles que visam perpetuar e aprofundar um apartheid so-

cial no Brasil, então, ela deve ser anulada como um dos primeiros atos de refundação da república democrática dos brasileiros. Uma república democrática exige uma justiça organizada em torno do devido processo legal e dos direitos humanos.

A justa denúncia do sentido corrompido e partidarizado da ação dos órgãos judiciais brasileiros, em torno da Operação Lava-Jato, só ganhará plena capacidade de convencimento e persuasão se vier junto à defesa um programa global para lutar contra a corrupção sistêmica no país, a partir dos históricos e inéditos avanços construídos no período dos governos Lula e Dilma. Não se trata de opor a prioridade à luta contra a desigualdade social à luta contra a corrupção. A luta contra a corrupção – contra a privatização do estado, os privilégios, a mercantilização da política – está na raiz da identidade dos socialistas democráticos. E é uma demanda legítima dos brasileiros. Apesar de um importante acúmulo nos debates preparatórios, o 6º Congresso Nacional do PT não avançou nesta dimensão fundamental. Será decisivo, assim, no esforço de construção programática atualmente em curso se formular as diretrizes fundamentais deste compromisso de base da esquerda em pôr fim à corrupção sistêmica na democracia brasileira.

A contrarrevolução neoliberal já desencadeou no Brasil, desde a derrubada da presidenta Dilma, uma onda de violência sobre as lideranças populares, em particular aquelas do campo brasileiro, inédita desde a ditadura militar. Ela opera com graus crescentes de militarização da segurança pública, com violações seguidas ao direito de liberdade de manifestação, de violência contra as mulheres, contra os negros, com assassinatos de líderes dos sem-terra, indígenas e quilombolas. Aten-

tados terroristas contra a esquerda têm sido frequentes. Neste contexto, mais do que nunca, é importante que os socialistas democráticos travem a luta pelos direitos humanos, fortalecendo as entidades da área, criando e nutrindo espaços de solidariedade mútua, ampliando a ressonância e mobilização internacional das denúncias de violações.

O 6º Congresso Nacional do PT afastou os riscos de um deslocamento político e programático à direita do PT diante da contrarrevolução neoliberal. Um novo pacto partidário foi construído, apesar das muitas e gravíssimas fraudes ocorridas no processo. Fraudes são incompatíveis com a identidade socialista-democrática do partido. As forças de esquerda partidária renovaram sua influência nas formulações políticas. Pesquisas recentes indicam uma recuperação da identificação com o PT pelos/as brasileiros/as, altamente prejudicada desde a crise no Governo Dilma. Estes dados positivos não podem, porém, esconder que há todo um processo de transição na construção socialista democrática do PT a ser percorrido. É o avanço nesta transição que pode alterar, de modo substantivo, as condições subjetivas de luta contra a coalizão golpista.

O desafio a ser respondido é o de transformar as conquistas políticas do 6º Congresso, a curto prazo, em ganhos políticos organizativos na construção do PT. A crise do PT foi até agora o grande limitador das respostas da resistência e de construção de alternativas. Com as resoluções políticas aprovadas, há espaço para que a direção nacional do partido e seu núcleo executivo estabeleçam um esforço novo de coordenação política e atualização de posicionamentos. Uma reorganização da comunicação política do partido, mais editorializa-

da e aberta à interlocução e colaboração ativa e plural da enorme rede de influência social, cultural e intelectual que mantêm referência no PT, terá um efeito enorme nas energias e na orientação das lutas de resistência. Será preciso construir toda uma estratégia para, através da colaboração dos vários instrumentos de comunicação, aproximar o poder de voz do potencial de votos do partido. A incapacidade de construir canais amplos de comunicação pública continua sendo um limite histórico, estrutural e limitador. Por fim, é possível e necessário desencadear já um processo de auto-organização e autofinanciamento da base de filiação do partido, que será cada vez mais decisiva. É preciso diminuir a distância entre o número de filiados e o número de petistas organizados em coletivos de base, que foi aumentando no curso da institucionalização do partido. Integrados em redes comunicativas, há aí um imenso e novo potencial de organização, de convocação e enraizamento social do petismo, que pode ser decisivo nesta conjuntura aguda de luta de classes.

Outra dimensão fundamental seria alterar a correlação de forças comunicativa entre os golpistas e as esquerdas brasileiras. Apesar da intensa campanha midiática, há hoje uma profunda impopularidade das lideranças golpistas (o distanciamento parcial e recente dos oligopólios da mídia em relação à figura de Temer já se deu em um momento em que sua impopularidade já estava na ordem de 70%), o programa golpista encontra já uma rejeição bastante majoritária, a própria Lava-Jato encontra-se em processo de deslegitimação, lideranças da esquerda, como Lula, ascendem nas preferências eleitorais. Se os jornais apresentam hoje um papel secundário na formação da opinião política, se a televisão ain-

da é o principal meio de formação da opinião, há um dinâmico e forte crescimento do papel da internet. Investimentos unitários, qualificados e interativos das esquerdas brasileiras têm decerto o potencial para alterar, no curto prazo e de forma significativa, a correlação de forças contra os neoliberais na disputa comunicativa.

De um ponto de vista histórico, já considerando atitudes sectárias de outros partidos e correntes de esquerda, o PT é o principal responsável por não se haver construído no Brasil uma frente única estratégica das esquerdas. Se no início do processo de disputa presidencial, o PT fez frente com a esquerda da tradição histórica do PSB e com a esquerda da tradição trabalhista, além do PCdoB, a partir de 2002, mas principalmente a partir de 2010, quando a maioria partidária impôs a prioridade de coalizão com o PMDB e outros partidos de centro-direita, foram se alargando a distância e os desencontros entre as várias tradições da esquerda brasileira. Desta unidade inicial, apenas o PC do B firmou-se estrategicamente em aliança nacional com o PT. Se o sentido social muito amplo da liderança de Lula e as dinâmicas de segundo turno compensavam em parte esta falha histórica, o pragmatismo eleitoral e as dinâmicas do chamado presidencialismo de coalizão atuavam na direção oposta.

Este erro histórico, hoje está no centro de impasses na luta de resistência e, principalmente, da construção de alternativas. Se é verdade que não se construiu nenhuma alternativa partidária de esquerda do porte e enraizamento nacional do PT, o que ainda é mais verdade para a liderança histórica de Lula, é também real que em várias situações regionais e em centros urbanos importantes, em certas dinâmicas de movimentos sociais,

o PT não constitui a única e, em alguns casos, a principal referência partidária de esquerda. E, certamente, há uma expressiva parcela de militantes sociais de esquerda que não se filiam organicamente a nenhum partido de esquerda. Mais do que nunca, o PT não pode abrir mão da responsabilidade de construir, a partir da sua cultura pluralista socialista democrática, uma frente estratégica das esquerdas brasileiras, que seja mais além de eleitoral, referência permanente das lutas.

O ciclo recente das lutas contra o golpe formou a Frente Brasil Popular (com mais enraizamento e força nacional) e a Frente Povo Sem Medo (com forte enraizamento em São Paulo, mas com um importante dinamismo de crescimento nacional). Da Frente Brasil Popular, além do PT, da CUT, da Marcha Mundial das Mulheres e do PC do B, participam movimentos sociais e políticos centrais como o MST, além da Consulta Popular, o MAB. A Frente Povo Sem Medo, com uma atuação muito sensível à unidade das esquerdas e com forte protagonismo nas iniciativas, já marcou o seu lugar no mapa das novas esquerdas brasileiras. Já se conquistou uma importante unidade de iniciativas entre estas duas frentes. Mas há ainda muito a avançar na construção de unidades programáticas e estratégicas.

A construção de uma frente única estratégica e nacional das esquerdas brasileiras não pode nem deve ser adiada em função das alianças, as mais amplas possíveis, de resistência à contrarrevolução neoliberal. Ela se opõe claramente a uma política de centro-esquerda que dissolva a identidade, o programa e os compromissos dos socialistas democráticos. A dinâmica polarizada de luta contra o golpe exige claramente a delimitação e o crescimento da força da esquerda antineoliberal. A partir daí

a esquerda deve se aliar com todos aqueles que se posicionam contra o golpe e o seu programa neoliberal, assumindo compromissos reais de luta, inclusive com o apoio à proposta da realização de um plebiscito revogatório que anule todas as decisões e leis do período golpista. Em outro patamar, colocam-se alianças táticas ou em torno a temas ou eventos circunscritos, apoios de personalidades ou setores que estejam em rompimento com as forças golpistas. Quando mais avançada estiver a aliança estratégica das esquerdas, com mais flexibilidade tática estas alianças circunstanciais ou circunscritas podem ser feitas.

A cisão entre política e cultura, na melhor tradição humanista do marxismo, atualizada por Gramsci, corresponde à morte da hegemonia política de um partido de esquerda. A história original profunda e rica, mas descontinua e crescentemente estreitada do PT com as forças vivas e criativas da cultura brasileira, é o principal sinal da sua dificuldade em construir um projeto hegemônico para o país. Nestes tempos marcados por uma evidente crise de civilização, de disputa de valores, tal carência é fatal para um partido político de esquerda. Os movimentos políticos de luta contra o golpe já criaram e colocaram em movimentos ricos circuitos de resistência cultural afins aos valores do socialismo democrático. Um novo ascenso das lutas do povo brasileiro, de reposição de seus valores e esperanças contra o programa neoliberal, reivindicará das esquerdas brasileiras dar centralidade a um programa e a uma estratégia de enraizamento nas culturas de emancipação brasileira.

As primeiras formações culturais singulares do povo brasileiro datam da resistência dos povos originais, dos escravizados, dos sincretismos culturais e religiosos que

por aqui se formaram. Ganham identidade nacional com a cultura que se criou em torno dos movimentos da inconfidência e do período do romantismo, do abolicionismo. Tornaram-se movimentos culturais históricos e formadores nas correntes de orientação crítica à modernidade liberal com a eclosão dos Modernismos, principalmente aqueles dirigidos por Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Nesta mesma época, estava em curso o movimento de afirmação e sínteses do samba, com toda a sua cosmogonia popular e de matriz afri-

cana. No período dos anos trinta e no pós-guerra firmaram-se na poesia e na prosa, na arquitetura, na pintura, na música, nas artes do carnaval, no cinema surtos impressionantes de um coração “sentimento do mundo”, como nos propôs Drummond. A cultura brasileira tornou-se um eixo fundamental de resistência à ditadura militar e, após a redemocratização, continua a nutrir os motivos de sociabilidade, de aspirações de novas sensibilidades e modos de viver.

NOVO PERÍODO HISTÓRICO E A QUESTÃO DO PARTIDO

O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento divisor de períodos históricos: representa o final de um período democrático que vem desde a queda da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. Quer dizer, vai muito além do fato que finda também os treze anos de governos do PT, de 2003 a 2016.

Podemos afirmar que o caráter do período que se abre está em disputa. E que, dependendo do resultado dessa disputa, a esquerda brasileira ou perderá o seu papel de protagonista no cenário nacional e regional (América Latina) ou o retomará em novas condições programáticas e organizativas.

O mesmo pode ser dito, mais correta e ativamente, de forma inversa: a capacidade de ação da esquerda determinará o caráter do novo período. A capitulação levará ao abismo; a resistência social limitada por não apresentar uma alternativa democrática radical de conjunto leva ao fracasso e impotência das várias frentes de luta dos movimentos sociais.

Assim, o que está em disputa é como a esquerda entrará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. Podemos dizer, com mais precisão ainda, que o que está em disputa agora é sobretudo qual e quem será a esquerda do próximo período.

A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou completamente a dinâmica normal do período anterior, a sua lógica e mesmo a consciência dos sujei-

tos nela implicados (ou excluídos). Implicou, certamente, uma nova dinâmica das forças de direita e mesmo a criação de novas forças de direita, algumas na linha da extrema direita.

Implicou, de outro lado, uma nova dinâmica das forças de esquerda. No seu momento de auge, essa nova dinâmica conseguiu reunir condições virtuosas que apontaram (e continuam a apontar) para as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita.

Os erros, ilusões e impasses, grosso modo, são:

- a) a ilusão em um “compromisso democrático da burguesia brasileira”;
- b) alianças com partidos tradicionais;
- c) acomodação ao limite da governabilidade burguesa;
- d) cópia (e não combate) aos padrões burgueses de financiamento (e de corrupção);
- e) e conciliação com o neoliberalismo, com a guinada conservadora e renúncia programática de 2015.

Se colocarmos do avesso, entendendo as condições virtuosas esboçadas pelas esquerdas unidas na luta contra o golpe, poderíamos expor assim uma futura plataforma da esquerda socialista do próximo período:

- a) Democracia como conquista dos/as trabalhadores/as (à la Manifesto de fundação do PT de 1980) e compreensão do caráter histórico antidemocrático

- da burguesia (à la Manifesto Comunista de 1948 e Mensagem à Liga dos Comunistas de 1850);
- b) Construir frentes e alianças com partidos e movimentos do campo democrático e popular, como foi a política inicial do PT, alargada com a experiência das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, elas próprias espaços de participação, e como é a experiência das alianças internacionais constituídas pelos movimentos antineoliberais;
 - c) Democracia participativa, liberdade de comunicação, reforma política, nova constituição (superando a Nova República, ou seja, a máxima expressão da democracia burguesa no Brasil);
 - d) Incompatibilidade entre democracia e poder econômico, antagonismo entre democracia e neoliberalismo, abolição do financiamento empresarial, combate à corrupção no Estado, nos partidos e nos sindicatos;
 - e) Defesa de uma política econômica radicalmente antineoliberal nos planos nacional e internacional (que, em seu desdobramento, deveria apontar para elementos de um programa de transição ao socialismo); e
 - f) Novas formas de organização e auto-organização, pluralismo e igualdades.
- Esse acúmulo em potencial é decisivo para o próximo período histórico. Na luta – finalmente derrotada – contra o impeachment, as forças populares e de esquerda gestaram as sementes da superação dos erros, ilusões e impasses do período anterior. Perdê-las agora seria sofrer uma derrota dentro da derrota.
- Consideramos que, na nova dinâmica de esquerda no Brasil, quatro vetores se desenvolvem:
- a) a luta decisiva por uma hegemonia de esquerda no PT;
 - b) a defesa de uma frente de partidos de esquerda;
 - c) a construção e unificação das frentes de massa contra o golpe e o neoliberalismo;
 - e) a formação de novas camadas militantes e novos processos de organização (e auto-organização).
- É decisivo lutar por uma hegemonia de esquerda no PT, pois só assim ele poderá participar dessa esquerda nova em formação.

PONTOS PARA UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Nossa corrente - a Democracia Socialista - deve trabalhar para que o PT assuma um programa que, no governo ou na oposição, construa e acumule forças para um processo de superação do Estado capitalista. O socialismo não brota de um passe de mágica nem por mera enunciação de um momento longínquo no horizonte. Constrói-se no dia a dia da luta anticapitalista em todos os planos da vida real, com o protagonismo dos indivíduos e das lutas sociais.

Desde sua fundação, o PT reivindica e afirma sua identidade socialista. Isso exige, no entanto, que suas lutas e suas ações como partido ou quando é governo tenham essa singularidade. Sem essa coerência não se acumula forças, não se avança e corremos o risco de virar, cedo ou tarde, mais um partido da ordem estabelecida. A estratégia socialista é um processo em que as conquistas e a correlação de forças necessitam uma vanguarda, forças subjetivas que coloquem, permanentemente, a luta em novo patamar de consciência e de avanços.

Nesse momento de reconstrução, de avaliação autocrítica diante do golpe sofrido em 2016, torna-se imperiosa a formulação de um programa que coesione novamente o Partido e sua militância nas lutas sociais e nas disputas eleitorais próximas.

Além da luta central para recuperar o governo e construir o plebiscito revogatório e uma constituinte, cabe destacar pontos de luta imediatos.

Essa é uma das principais tarefas da nossa Conferência: contribuir para que o Partido discuta e assuma uma

identidade programática que nos arme para novos desafios. Um exemplo dessa necessidade é o recente episódio sobre a reforma político-eleitoral no Congresso Nacional. Apesar de as resoluções do 6º Congresso definirem uma posição partidária, na bancada federal tivemos a ação do deputado Vicente Cândido (PT/SP) como relator de uma proposta que nada tinha a ver conosco. Durante o debate e as votações a bancada não conseguiu passar para a sociedade uma proposta partidária; disputá-la na opinião pública. Mostrar as diferenças, agir como um partido que une ação diária com a propaganda do projeto que o justifica. O relator não foi desautorizado, não agimos como bancada, não buscamos formar um bloco em defesa dos elementos centrais de uma reforma eleitoral democrática. Foi a negação do 6º Congresso. Este é um exemplo da necessidade de pactuarmos, de coesionarmos um programa que o conjunto do Partido assuma, defenda e pratique.

a) uma política de alianças classista e anticapitalista

O golpe que depôs a presidenta Dilma foi mais um exemplo histórico no Brasil do comportamento das classes sociais dominantes e seus partidos em relação a democracia. Foi assim em 1954, em 1961, no golpe de 1964, na luta pelas eleições Diretas em 1984. Nossa política deve ser de unidade do campo de esquerda, com os partidos que se opuseram ao golpe e com as frentes populares e movimentos sociais organizados.

Essa deve ser a estratégia e não o cálculo pragmático de cada processo eleitoral. Precisamos ter a iniciativa des-

sa unidade na discussão imediata com esses partidos em torno de um programa comum. Essa é a unidade a ser buscada e esta unidade é fundamental para a construção da hegemonia capaz de atrair dissidentes e setores que desgarram do centro político nos momentos de grande crise. A luta político-eleitoral não pode ser separada da disputa de um sistema eleitoral que garanta governabilidade aos eleitos.

b) aprofundar a participação popular

A democracia participativa e direta é o melhor antídoto contra o neoliberalismo globalizador e rentista. É a principal escola para o povo viver experiências que nos permitam ir além da mera democracia representativa.

Devemos construir a unidade no campo da esquerda com base em profunda participação popular e promovendo o exercício da democracia direta, potencializando a soberania popular no combate ao neoliberalismo e à vigência do Estado de exceção em nível mundial.

Precisamos fortalecer os conselhos setoriais de políticas públicas nos entes federados, promover a participação na definição do orçamento em todos os níveis de governo (Orçamento Participativo) com poder de deliberação sobre gastos e investimentos públicos.

As combinações do caráter presencial com as novas tecnologias de informação/comunicação abrem possibilidades infinitas de participação/deliberação na revolução democrática. Nossas iniciativas no debate público e nossos governos devem estar atentos ao uso das novas TICs, estimulando a participação dos cidadãos e cidadãs, colaborando com coletivos e movimentos que também buscam a radicalização da democracia.

c) luta por uma profunda e democrática reforma política

Uma profunda reforma política precisa articular a melhoria dos mecanismos da democracia representativa com o fortalecimento e criação dos mecanismos da democracia direta. Não podemos compactuar com um sistema político e eleitoral que reproduz as enormes desigualdades sociais, econômicas, de gênero, étnico-raciais, de faixa etária que caracterizam a sociedade brasileira.

A timidez de nossa Constituição com relação aos mecanismos de democracia direta precisa ser superada. Plebiscitos, referendos e a iniciativa legislativa popular tem travas institucionais muito fortes e quase não são utilizadas. Não conseguimos modificar essa realidade em nosso período na condução do governo federal e agora precisamos ousar propor novas instituições vivas que promovam o debate e a decisão pública sobre temas cruciais. Formas e métodos de consultas populares, referendo sobre emendas e reformas constitucionais, proposição de políticas e de leis a partir da iniciativa popular, revogação de mandatos e outras iniciativas de democracia direta devem estar presentes em nosso programa.

No campo da democracia representativa, defendemos intransigentemente a proporcionalidade como sistema eleitoral que garanta a representação de todos e todas. Defendemos o voto em listas partidárias fechadas, democraticamente elaboradas em convenções partidárias, com paridade e alternância entre mulheres e homens, representação étnico-racial e da juventude.

Que seja idêntica para todo o país na representação da cidadania, evitando a distorção da representação por

Estados. Nesse sentido, defendemos o fim do atual bicameralismo que corrobora essa distorção e cristaliza elites políticas.

Defendemos também o financiamento público eleitoral aos partidos com redução drástica dos gastos eleitorais. Radical diminuição da burocracia e dos privilégios e vantagens dos gabinetes parlamentares (previdência, assistência médica, emendas parlamentares, verbas indenizatórias e tantas outras). Alianças partidárias eleitorais com durabilidade de mandato e respeito às proporcionalidades de cada partido.

Precisamos abrir o debate, em especial nos municípios, sobre a contradição das Câmaras de vereadores reduzidas x custos orçamentários. O Orçamento Participativo provou que é possível ampliar a participação e a decisão sem ampliar custos legislativos. Temos que ousar na coragem de defender outro tipo de legislativo, mais barato, menos burocrático e muito mais democrático. Um exemplo concreto são os Conselhos municipais nos países europeus onde a remuneração ocorre apenas nos casos de trabalho em tempo integral na administração.

d) combate ao elitismo, à burocratização e aos privilégios do Judiciário

O controle da sociedade, inclusive via Legislativo, sobre o poder de funcionar e julgar do Judiciário inexistente ou é quase nula. Não há freios nem limites ao abuso de poder dos juizes (vide os processos da Lava-Jato) e da subjetividade e seletividade na geração de “provas” via delação premiada.

O elevado número de casos de corrupção no poder judiciário demonstra que há necessidade de maior controle

social via processos eleitorais e mecanismos não corporativos de punição. Luta imediata contra os privilégios e vantagens que o Judiciário estabelece para si mesmo via administrativa, como auxílio-moradia, verbas indenizatórias, duplas remunerações por meio da justiça eleitoral e privilégios pessoais inaceitáveis. Não é possível conviver com a volta à advocacia dos desembargadores e ministros dos tribunais após aposentadoria onde já são beneficiados por remuneração plena e vitalícia. Fim imediato dos Tribunais de Justiça Militar que sobrevivem nos Estados. Para o conjunto dos judiciários estaduais, o Conselho Nacional de Justiça se transformou em mais um sindicato do judiciário do que um órgão de controle. A “unificação” da carreira transformou-se na porta aberta para as decisões “administrativas” substituírem as leis estaduais e suas realidades econômicas e fiscais.

e) defesa do Estado democratizado como instrumento de regulação e de desenvolvimento

Um dos elementos básicos do neoliberalismo rentista é a privatização não só de empresas e bancos públicos como também dos serviços essenciais para a vida em sociedade. O poder público deve assumir os serviços essenciais como a água, o saneamento, a educação, a saúde, a energia elétrica, a telefonia e o transporte de massas através de empresas públicas que não sirvam para a acumulação privada e sejam controlados pelo Estado e por mecanismos de controle popular dos próprios trabalhadores e usuários. Nossos governos e nossa luta deve ser para manter, criar e/ou recuperar esses serviços que foram ou estão sendo privatizados. Constitui-se numa rendição programática e ideológica aceitar os argumentos de que conces-

sões, pedágios e serviços são privatizados para serem mais eficientes. Ao contrário, serviços dessa natureza é que devem ser incompatíveis com lucro e acumulação privada. Precisamos desenvolver e ousar nos mecanismos de controle público e democrático. É preciso inovar na busca de alternativas fora da ordem estabelecida. Nossos governos precisam ousar nas experiências de gestão. Há várias formas de estabelecer serviços públicos fora da gestão privada e lucrativa. Nesta visão, por outro lado, cabe ao movimento sindical incluir na pauta a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na gestão das empresas, através de comitês próprios, eleitos pelo conjunto dos trabalhadores.

f) pela nacionalização e controle público do capital financeiro

Pela completa reestruturação do Banco Central, retirando o seu controle pelos capitais financeiros especulativos e subordinando-o estritamente à vontade soberana do povo brasileiro. Pela criação de parâmetros antiliberais de gestão da dívida pública, criando uma nova lei de Responsabilidade Fiscal e Social; estabelecendo um rígido controle dos juros e aumentando a tributação sobre os ganhos financeiros; ampliando o fortalecimento dos bancos públicos e do seu papel no financiamento da macroeconomia brasileira.

g) uma reforma tributária progressiva e direta

Nosso partido e seus governos não podem vacilar ou se confundir nas políticas tributárias. O perfil da tributação atual é o inverso do que deveria ser. O mais regressivo do mundo entre os grandes países. Predominam os impostos indiretos sobre o consumo. O imposto de “renda” arrecada mais sobre os salários do que sobre a

renda. E o imposto territorial rural, com os nossos 8 milhões de km² onde predominam latifúndios, não alcança 1% do total da receita tributária nacional.

A crise fiscal dos Estados e Municípios e da própria União é o resultado dessa realidade, somada às políticas de isenções, benefícios e desonerações para os ricos e as pessoas jurídicas. Nossa experiência no governo federal foi extremamente conservadora. Além de manter a brutal desigualdade encontrada, não mantivemos a CPMF e nem disputamos as alíquotas progressivas no Imposto de Renda.

Nos municípios, temos a possibilidade de gravar o IPTU via alíquotas e progressividade. Taxar duramente os vazios urbanos e áreas de reserva de valor e de especulação com progressividade no tempo.

O ISSQN permite uma seletividade de categorias e atividades profissionais que conduzem à maior justiça tributária e mais incentivo a atividades econômicas

Nos Estados, o imposto sobre transmissão e herança precisa ter outra participação, muito maior, no bolo tributário. É inadiável mudar o absurdo criado pela chamada lei Kandir que isenta a exportação de grãos e minérios como se fossem industrializados.

Essa política tucana da época FHC foi acompanhada da diminuição das faixas e alíquotas do Imposto de Renda gravando mais os assalariados do que as empresas, os lucros, rendas e dividendos.

Os países capitalistas desenvolvidos praticam políticas tributárias progressivas e diretas mais altas. No Brasil, no entanto, nem esse mínimo de justiça fiscal se pratica. E isso não é uma questão apenas de equilíbrio, de justi-

ça tributária, mas tem consequências imediatas para o desenvolvimento econômico e a criação de um amplo mercado de consumo de massas.

Tributação não é tudo, mas sabemos que importa, assim como uma estrutura financeira pública (no caso do Brasil, com a CEF, o BB, os bancos regionais e o BNDES), são importantes para alavancar e impulsionar a atividade econômica.

É necessário ter iniciativas e organizar mobilizações para aprovar medidas tributárias nesse sentido. Temos que disputá-las permanentemente.

h) empresas públicas, economia solidária, cooperativas e autogestão

Nenhum modo de produção nasce pronto ou da noite para o dia. Os embriões do mercado, suas trocas e mercadorias são latentes desde o início do feudalismo. Tanto no plano econômico como na política, as sementes de uma outra sociedade já aparecem nas contradições e conflitos da anterior.

Por isso, os capitalistas e seus ideólogos combatem tanto as empresas e atividades públicas porque, mesmo com suas distorções e estarem a serviço do capitalismo predominante, são experiências concretas e funcionam. Muitas vezes com grande sucesso, como são os bancos públicos ou empresas como a Petrobras. Seu funcionamento, porém, tem a verticalização e as práticas comuns das empresas capitalistas. Nosso desafio é estruturá-las noutra lógica não-capitalista, com participação dos trabalhadores e autogestão.

Daí, também, a importância de fortalecer as cooperativas e principalmente, mantê-las democráticas, defen-

soras de uma lógica solidária e coletiva quando crescem e constroem direções mais complexas e especializadas.

Promover a produção, distribuição, consumo, poupança e investimento, nos setores primário, secundário e terciário da economia, levando em consideração o comércio justo e solidária, relações de produção democráticas e autogestionárias, com respeito ao meio ambiente e ao bem comum da sociedade, com solidariedade e democracia. Criação, fomento e implantação de políticas públicas de estado para economia solidária.

i) a democratização e a luta ideológica

Mais do que a crise econômica alegada em 2015 para justificar o golpe, fomos derrotados pela versão da crise e dos acontecimentos. Não há democracia possível com a oligopolização da mídia e a difusão da ideologia do neoliberalismo rentista.

Os monopólios atuais da mídia (rádio, TV, jornais nos mesmos grupos) não têm respaldo na Constituição de 1988. Nossa luta é desmanchá-los e democratizá-los. Precisamos de iniciativas parlamentares e nos governos de ações concretas que criem fontes alternativas de informação. Não é coincidência que a primeira MP do golpista Temer foi para destituir o mandato do Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Nosso governo tem que dar outro conteúdo para as rádios de TVs públicas regionais, criar e favorecer a existência de veículos alternativos que enfrentem o brutal controle atual da informação no país.

Nesse sentido o PT tem que retomar uma identidade ideológica perdida. O crescimento da ação parlamentar e de governo levou o partido a ir abandonando e

perdendo a disputa ideológica e de valores na sociedade. Para isso pesou, particularmente, a cooptação institucional, a política de alianças e a ausência de combate ao processo de confessionalismo na política e nos partidos. É preciso recuperar nas escolas, nas universidades, nos locais de trabalho, de moradia e de convivência e nas atividades culturais o sentido da luta ideológica contra o preconceito, o obscurantismo e o neoliberalismo predominantes. No plano ideológico é onde sofremos a maior derrota nessa crise. A luta pelo caráter igualitário do socialismo, da soberania nacional, da integração regional, do estado laico e tolerante, da democracia participativa, da solidariedade e da igualdade como bandeiras indissociáveis e permanentes das reformas e políticas sociais praticadas.

j) por uma ética e valores compatíveis com uma sociedade socialista

Por fim, mas não por último pois esta proposta de resolução não se propõe a esgotar as tarefas de um Programa de Transição, mas exemplificar questões relevantes, é necessário frisar a necessidade de fortalecer uma visão ética e de valores compatíveis com a sociedade que queremos construir: solidária, igualitária e que não caia no pragmatismo maquiavélico de que “os fins justificam os meios”.

Valores que incorporem o feminismo, a igualdade de gênero, o combate ao racismo e à LGBTfobia, a defesa do meio ambiente e enfrentem os preconceitos, a intolerância, o fundamentalismo religioso em todas as iniciativas políticas que desenvolvemos.

DECLARAÇÃO DA XII CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Com Lula, unidos e com um programa de valores socialistas-democráticos será possível vencer a contrarrevolução neoliberal

O acúmulo dos vários ciclos e frentes da heroica resistência do povo brasileiro, das reflexões e autocríticas do 6º Congresso do PT e dos vários partidos e correntes de esquerda, já permite visualizar a construção dos caminhos para vencer a contrarrevolução neoliberal.

Será preciso estabelecer uma coerência entre o diagnóstico do sentido, da força e dos limites da contrarrevolução neoliberal e a construção dos caminhos para vencê-la.

O que estamos vivendo no Brasil é mais do que as consequências de um golpe parlamentar que derrubou, por um procedimento abertamente inconstitucional, o mandato legítimo da presidenta Dilma. É mais até do que a instalação de um regime de exceção, no qual a Constituição de 1988 é sistematicamente violada, seus direitos e garantias funda-

mentais rompidos e violentamente contrariados. Trata-se da ação de uma vontade política organizada para construir no Brasil, contra a vontade do povo brasileiro e por métodos de aberta corrupção, violência e fraude, um Estado neoliberal.

Este Estado neoliberal, em processo já de implantação, combina cinco dimensões regressivas. Visa, em primeiro lugar, romper os fundamentos básicos da soberania do Estado brasileiro – na área do petróleo e da energia, dos bancos públicos, do orçamento nacional, do mercado de terras, da política externa – anexando o Brasil ao sistema internacional caótico dos grandes Estados neoliberais hoje dominantes. Em segundo lugar, promove um desmonte trágico e cruel dos fundamentos em construção das políticas públicas e dos direitos sociais, da saúde e da educação, a começar pelos direitos do trabalho, cuja origem vem de conquistas já na Era Vargas. O que re-

sulta daí é um sistema de profundo agravamento da apartação social, de barbárie mercantil e de crescente violência social. Este programa neoliberal vem associado a uma dinâmica extremamente agressiva aos direitos históricos das mulheres, aprofundando a violência, o preconceito, a exploração das trabalhadoras e a opressão. Uma quarta e intolerável regressão é o aumento da violência e retomada dos preconceitos contra os negros e quilombolas, da barbárie no campo contra os sem-terra e as populações indígenas. No centro deste programa está o desejo de implantar um sistema de poder autocrático no Brasil, dos grandes ricos e dos capitalistas, dos banqueiros nacionais e internacionais. Os princípios mínimos de uma república democrática, com base na soberania popular e os direitos humanos, estão sendo permanentemente rompidos.

Esta contrarrevolução faz parte de um movimento internacional, dirigido diretamente pelos grandes capitalistas financeiros, com suas mediações nacionais, que está colocando em cheque as democracias em todas as partes do mundo, rompendo o pacto civilizatório construído no pós-guerra e violando até os mínimos padrões de direitos humanos e sociais.

A grande coalizão financeira e empresarial, com forte apoio geopolítico, de empresas de mídia com centralidade para a Rede

Globo, a grande aliança de partidos com centro no PSDB-PMDB, a aliança espúria entre o Congresso Nacional corrompido, o STF, a Procuradoria-Geral e a Operação Lava-Jato, que dirigem e organizam esta contrarrevolução neoliberal no Brasil estão hoje profundamente deslegitimadas, com altíssimos índices de impopularidade e vivem importantes tensões internas. Mas é preciso constatar que ela não sofreu até o momento nenhuma dissidência financeira ou empresarial de peso, nenhuma cisão política relevante, nenhuma divisão midiática ou judicial central. A grande coalizão golpista continua unificada em torno ao seu programa de fundar um Estado neoliberal no Brasil, com métodos cada vez mais antidemocráticos, corrompidos e fraudulentos.

É com base neste diagnóstico, de conjunto, que passamos a indicar cinco caminhos, coerentes e convergentes, que tornam possível vencer a contrarrevolução neoliberal no Brasil e refundar uma república democrática, com a hegemonia dos socialistas democráticos.

RETOMAR OS VALORES SOCIALISTAS DEMOCRÁTICOS E UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

É preciso, em primeiro lugar, atualizar a nossa consciência histórica sobre o que

estamos vivendo. É a formação da consciência que permite organizar as vontades políticas, em épocas de grandes mudanças, ajustar os programas e as estratégias aos novos desafios.

A ordem capitalista, após décadas de domínio neoliberal e na terceira fase agressiva de sua política, após a grande crise internacional de 2008, está hoje em aberta contradição com as repúblicas democráticas, os direitos sociais e os direitos humanos. Esta regressão do chamado liberalismo social ou keynesiano, que prevaleceu apenas no pós-guerra até o final dos anos setenta, para o neoliberalismo está provocando uma verdadeira crise de civilização. É neste contexto, que estão sendo retomadas e crescendo culturas e políticas colonialistas, fascistas e abertamente antifeministas e racistas.

Entre capitalismo e democracia, que antes limitava estruturalmente o princípio da soberania popular, de liberdade com igualdade e fraternidade, há agora uma violenta contradição. Não é possível enfrentar esta regressão civilizatória e estrutural a partir de uma consciência liberal social ou a partir de uma posição de centro-esquerda. Na clara disputa pública de valores de civilização é só a partir de valores socialistas democráticos que podemos derrotar a contrarrevolução neoliberal.

Sem esperança e sem utopias, a resistência não pode se organizar e vencer. A aspiração a

viver em um mundo de liberdade e igualdade social, de paz e de direitos humanos, sem racismo e sem opressão das mulheres, onde se possa viver e amar livremente, tem uma longa e bela história, é amplamente majoritária, pode ser a base da formação de uma ampla, plural e unitária vontade política.

Para vencer a contrarrevolução neoliberal é preciso uma revolução democrática. O sentido desta revolução é justamente o de unir o princípio da soberania popular – os trabalhadores e o povo organizado, com direito à liberdade de voz e voto, com suas formas de auto-organização e deliberação, de economia solidária e cooperativa, com suas culturas de emancipação – com um programa que faça prevalecer a propriedade e a direção pública e social sobre a economia, sobre o sistema financeiro, sobre as prioridades de investimento, sobre as políticas de produção agrária e de organização das cidades, construindo o direito público, universal e de qualidade, à saúde, à educação, à previdência, à cultura, a uma vida segura e com direitos humanos. A república democrática brasileira deve ser antipatriarcal permitindo a plena emancipação das mulheres, do trabalho à liberdade sexual, e deve ser um Estado plurinacional e antirracista, permitindo a plena emancipação dos negros e dos povos originários. A república democrática brasileira deve refundar o pacto com a natu-

reza, permitindo a construção de uma economia sustentável, formando novas harmonias de viver, trabalhar e reproduzir socialmente.

A CANDIDATURA LULA, O PLEBISCITO REVOGATÓRIO E A CONVOCAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE SOBERANA E EXCLUSIVA

Os massivos movimentos de resistência do povo brasileiro – a campanha “Fora Cunha, fora Levy”, o movimento “Não vai ter golpe”, a grande onda de ocupações de escolas e universidades, a greve geral do dia 28 de abril, o grande ato em Brasília dos 150 mil “Fora Temer”, brutalmente reprimido com helicópteros e bombas – demandam uma saída democrática para o povo brasileiro.

A partir da própria consciência do povo brasileiro, é preciso hoje indicar claramente este caminho.

A primeira resposta é a defesa democrática da candidatura Lula à presidência do país nas eleições de 2018. Mesmo sem direito à voz nas grandes empresas que hoje dominam a comunicação pública no país, diariamente caluniado e submetido a todo tipo de interpelações judiciais, sob o manto farsesco da perseguição judicial da Operação Lava-Jato, Lula hoje aparece liderando todos os cenários previstos de

disputa, com a chance inclusive de uma vitória majoritária no primeiro turno. A memória dos direitos conquistados, a indignação com o presente e a esperança de um futuro movem este impressionante fenômeno político. Ele expressa o acúmulo da consciência democrática e social do povo brasileiro e é dele que devemos partir para indicar o caminho de uma saída democrática.

A cassação deste direito democrático deve ser corretamente interpretada por toda a esquerda e por toda a consciência democrática brasileira, inclusive em sua vertente jurídica, como o segundo grande golpe na democracia brasileira após a deposição inconstitucional do mandato da presidenta Dilma.

Por isso, a defesa democrática desta candidatura deve ser defendida como a condição de legitimidade das eleições de 2018.

Um compromisso programático deve ser firmado entre todos os partidos e correntes da esquerda brasileira, a partir da proposta da convocação de um plebiscito revogatório em que o povo diretamente decida se deseja manter ou revogar todas as leis e atos discricionários e inconstitucionais tomados pelo governo golpista e seu Congresso Nacional corrompido.

A desmoralização do poder executivo, a aberta corrupção do Congresso Nacional e as posições abertamente inconstitucionais e de exceção tomadas pelo STF brasileiro indi-

cam a necessidade incontornável de refundar uma república democrática no Brasil. O mesmo plebiscito revogatório deve votar a convocação de uma Assembleia Constituinte, exclusiva e soberana, para reorganizar as leis fundamentais do país.

A luta por esta Assembleia Constituinte, soberana e exclusiva, não deve ser vista principalmente em sua dinâmica institucional ou judicial, mas em sua dimensão político e social. Trata-se de organizar, pela base e através das formas de auto-organização popular, uma pedagogia e uma vontade de reconstruir o Brasil que o povo quer, a partir de seus direitos e suas culturas de emancipação.

A NECESSIDADE DA UNIDADE DAS ESQUERDAS

Como o partido de maior influência social na esquerda brasileira, o PT tem uma responsabilidade fundamental para a construção da unidade. Mas esta responsabilidade deve ser compartilhada por todos os partidos e correntes que têm a consciência histórica da gravidade das ameaças ao futuro dos trabalhadores e do povo brasileiro. Onde a esquerda tem conseguido mais resistir às investidas da contrarrevolução neoliberal, é onde ela constrói frente unitárias como, por exemplo, no Uruguai, na Bolívia, em Portugal.

Sem esta unidade das esquerdas, o povo brasileiro não tem como vencer a contrarrevolução neoliberal. A centralidade da disputa é entre os golpistas neoliberais e as forças comprometidas com os direitos do povo brasileiro: sem ela, com dispersão e lutas fratricidas, será a própria esperança e ânimo do povo em lutar que se dispersará. São fundamentais, neste sentido, as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e a sua disposição de trabalhar em frente.

A busca desta unidade deve se dar em três planos: na construção dos compromissos programáticos comuns, na construção de frentes e alianças partidárias, na construção de frentes e unidades de luta nos movimentos de resistência. Cada vitória da unidade conquistada em uma destas três frentes, irá consolidando uma dinâmica unitária e sua base social e política de apoio. Estas vitórias têm um impacto direto e imediato no poder de convocação, de mobilização e de organização da esquerda brasileira.

Saudamos a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, realizada em novembro no Uruguai, pelo caráter internacionalista, plural e unificador das nossas experiências de lutas nas Américas. A declaração política da Jornada aponta rumos de luta e de organização unitária que devemos fortalecer. Manifestamos a nossa solidariedade aos povos de Honduras e da Venezuela que

hoje lutam heroicamente contra aqueles que atacam a democracia em seus países.

A CONSTRUÇÃO DO PT COM BASE NO 6º CONGRESSO: UM PARTIDO SOCIALISTA DEMOCRÁTICO DE MASSAS

Essas linhas partem das resoluções do 6º Congresso partidário. Nosso congresso denuncia o caráter antidemocrático e entreguista intrínseco das classes dominantes brasileiras. Define o rumo estratégico da luta pela democracia desde o ponto de vista da conquista da liberdade e da igualdade pela classe trabalhadora com intensa participação das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e juventude. Define a Constituinte de caráter democrático e popular para superar a contradição entre governo e poder. Conclama a unidade das esquerdas e define uma política de alianças baseada no programa e exclui definitivamente alianças com golpistas.

O 6º Congresso apontou o rumo de esquerda para o PT e lutaremos para que essas

definições se concretizem em cada ação e política concreta do partido.

Lutaremos pela mais ampla democracia partidária, respeito ao pluralismo e ao direito de tendência, a paridade e cotas de juventude e étnicas, respeito à militância de base e estímulos à organização e auto-organização de base, com unidade partidária construída com base no 6º Congresso.

Esse é o partido que conduzirá a conquista da Presidência com o companheiro Lula, com um programa de participação popular para mudar de novo e muito mais o Brasil, com unidade das esquerdas e de todos que enfrentam a contrarrevolução neoliberal.

Lula Presidente!
Viva o Partido dos Trabalhadores!

Democracia Socialista
São Paulo, 3 de dezembro de 2017
XII Conferência Nacional da Democracia
Socialista, tendência do Partido dos
Trabalhadores



DemocraciaSocialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br